

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

LUZIANE DE ASSIS RUELA SIQUEIRA

**HABITANDO SENTIDOS NO ENCONTRO COM JOVENS “CAPTURADOS”
PELO SISTEMA DE JUSTIÇA: UM ESTUDO SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE
VIDA DE *ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI* ATENDIDOS PELO
PROGRAMA LAC/PSC DE VITÓRIA (ES)**

VITÓRIA
2011

LUZIANE DE ASSIS RUELA SIQUEIRA

**HABITANDO SENTIDOS NO ENCONTRO COM JOVENS “CAPTURADOS”
PELO SISTEMA DE JUSTIÇA: UM ESTUDO SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE
VIDA DE *ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI* ATENDIDOS PELO
PROGRAMA LAC/PSC DE VITÓRIA (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares.

VITÓRIA
2011

*À Secretaria de Assistência Social de Vitória (ES)
À gerência, à equipe e aos meninos e meninas do
Programa LAC/PSC*

AGRADECIMENTOS

À Gilead, pela confiança, apoio, amizade, por me lembrar sempre de manter o foco e principalmente por ser, em gestos, atos, palavras e contatos, exemplo de humildade, ética e perseverança. Por não me deixar virar pedra...

À FAPES, por tornar possível o processo de mergulhar na pesquisa e vivê-la em sua intensidade.

À Cecília Coimbra e Lilian Margotto, pela valorosa contribuição e parceria. Às professoras do mestrado PPGPSI, a quem posso ousar chamar de amigas, obrigada por contribuírem tanto neste percurso e em toda minha vida. Com vocês pude aprender muito mais que as letras; aprendi que devo almejar sempre ser “estrategista da vida”.

Aos colegas do grupo de orientação: Denise, João, Jacy, Aninha e Fabi, pelas mãos e corpos sempre presentes, por vocês dou meu sangue!

Aos colegas do mestrado das várias turmas e Soninha, por compormos juntos essa música...

À minha família, que mesmo sem entender, aceitaram minhas ausências.

Ao Bruno, pelo amor incondicional nesses quase 12 anos, enfim passamos por mais uma etapa em nossas vidas.

À Luiza, por me lembrar que “com calma eu iria conseguir” e por me fazer esquecer de tudo quando era necessário, você é minha luz!

Aos meninos e meninas do Programa LAC/PSC pelos encontros e por avivarem o “ser psi” em mim. Ao Bruninho, onde quer que você esteja agora, obrigada pela amizade.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S618h Siqueira, Luziane de Assis Ruela, 1971 -
 Habitando sentidos no encontro com jovens “capturados” pelo
Sistema de Justiça : um estudo sobre as trajetórias de vida de
adolescentes em conflito com a lei atendidos pelo Programa
LAC/PSC de Vitória (ES) / Luziane de Assis Ruela Siqueira. –
2011.
 89 f.

 Orientador: Gilead Marchezi Tavares.
 Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

 1. Risco. 2. Subjetividade e delinquência juvenil - Aspectos
sociais. I. Tavares, Gilead Marchezi. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 159.9

SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela. **Habitando sentidos no encontro com jovens “capturados” pelo Sistema de Justiça: um estudo sobre as trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei atendidos pelo Programa LAC/PSC de Vitória (ES)**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011, p. 89.

RESUMO

O presente trabalho trata de subjetividades produzidas por processos históricos, numa contemporaneidade norteadas pela lógica capitalista neoliberal, baseada no consumo e na globalização da economia. Assim, entendemos que o que somos não é um retrato de nossa história individual e privada e sim produzida a partir do momento sócio-histórico no qual estamos inseridos. Pretendemos analisar os processos de subjetivação que compõem o *adolescente em conflito com a lei* (ACL) que passou pelo Programa de Liberdade Assistida/Prestação de Serviço à Comunidade (LAC/PSC) no Município de Vitória/ES, a partir da produção de sentidos construídos pelos próprios jovens. Salientamos que a escolha de jovens com passagem pelo Programa é ético-política. Primeiramente porque ao atuar no Programa e ser por ele afetada impõe-se a necessidade de refletir sobre as práticas profissionais voltadas ao atendimento dos jovens que passam pelo aparato policial-judiciário. Em segundo lugar – mas entendendo como atravessamento principal da subjetividade “adolescente em conflito com a lei” – porque entendemos que é a passagem pelo Sistema de Justiça – que encaminha o jovem para tais programas – que define um ACL. Para auxiliar nossas análises, utilizamos o conceito de circunsritores, adotado pela Psicologia do Desenvolvimento, na medida em que propomos lançar um olhar sobre as práticas desenvolvidas nos programas que nos parecem estar delineando modos de vida por meio de sua circunscrição. Apostamos na atuação do psicólogo como estrategista da vida, que visa construir, com os jovens, potência de ação, a possibilidade de habitar sentidos. Isso implica a aposta num projeto de vida que faça sentido para eles, não negando o sofrimento e as dificuldades. Enfatizamos que não se trata aqui de colocar os adolescentes que cumprem medida socioeducativa como vítimas (do sistema, da sociedade) ou vilanizá-los, compactuando com a visão determinista de que estão fadados ao fracasso ou ao crime. Entendendo que a investigação é sempre intervenção, produção de mundo, objetivamos produzir sentidos no encontro com jovens que passaram pelo Programa LAC/PSC, a partir da utilização da técnica de depoimentos de história de vida, pautada na metodologia da *História Oral*. Propomos a entrevista como algo que possibilita a ruptura com o habitual, uma vez que pode levar o entrevistado a refletir sobre algo nunca pensado, convocando-o a momentos de ressignificação, de produção de sentidos. Utilizamos três depoimentos de história de vida de jovens que passaram pelo Programa LAC/PSC. Consideramos que os programas públicos e/ou governamentais construídos para “amparar” a juventude pobre circunscrevem modos de vida específicos, tais como subjetividades criminosas. As trajetórias abordadas apontam para escapes, resistências e demandam uma atuação ético-política, que aposta na vida, nos acontecimentos e nas intensidades da vida.

Palavras-chave: Risco; Subjetividade e delinquência juvenil - Aspectos sociais.

Área de conhecimento: Psicologia. 7.07.00.00-1.

SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela. Inhabiting senses in meeting with young people "captured" by the system of Justice: a study on the trajectories of life of *adolescents in conflict with the law* met by LAC/PSC de Vitória (ES). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011, p. 89.

ABSTRACT

This work deals with the subjectivities produced by historical processes in a contemporary view driven by neoliberal capitalist logic, based on the consumption and on globalization of the economy. Thus, we believe that what we are is not a portrait of our private and individual history but it is produced from the socio-historical moment in which we are inserted. Our goal is to analyze the processes of subjectification that integrates adolescents in conflict with the law (ACL) that have passed through the Assisted Freedom Program/Service to the Community (LAC/PSC) in Vitória/ES, considering the production of meanings constructed by the young people themselves. We would like to stress that the choice of the young people that have been in the program is ethical political. Firstly because as they take part in the program and are affected by it, it is imposed the need to reflect on professional practices geared to young people that pass through the police-judicial apparatus. Secondly – yet seeing as main crossing of subjectivity "adolescents in conflict with the law" – because we believe that is the passage through the justice system – which forwards the young to such programs – which defines an ACL. To assist our analyses, we use the concept of constraint, adopted by the Psychology of Development, insofar as we look on practices developed in programs that seem to be outlining ways of life through its constituency. We believe in actions of a psychologist as strategist of life, which aims to build, with the young powerful actions, the possibility of living senses. This implies the bet in a life project that makes sense for them, not denying their suffering and difficulties. We emphasize that this is not to put adolescents fulfilling educational measures as victims (of the system or society) or to make them the villains fighting against the deterministic vision that are they are doomed to failure or crime. Understanding that a research is always an intervention, the production of a world, our goal is to produce senses in meeting with the young people who passed through the program LAC/PSC, using the technique of testimonies of life history, based on the methodology of Oral history. We have proposed the interview as something that makes it possible to break with the usual, since it can lead the interviewee to reflect on something that has never been thought of, summoning him to moments of re meaningfulness, to production of senses. We have used three testimonies of life history of young people who passed through LAC/PSC. We believe that the Public and/or Governmental programs built to bolster poor youth are confined to specific ways of life, such as criminal subjectivities. The courses seen lead to escapes, resistances and demand ethical and political actions, which focus on life, in the events and in depths of life.

Keywords: Risk; Subjectivity and juvenile delinquency-social aspects.

Knowledge Subject: Psychology. 7.07.00.00-1

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 O PROGRAMA LAC/PSC: CRIAÇÃO E INTERVENÇÕES | 10 |
| 2 ADOLESCÊNCIA E LEI: O PERCURSO ATÉ A PROTEÇÃO INTEGRAL | 14 |
| 3 O QUE QUER O JOVEM POBRE? | 22 |
| 3.1 SERÁ QUE O JOVEM POBRE QUER “MERECE” VIVER? | 24 |
| 3.2 SERÁ QUE O JOVEM POBRE QUER UM “LUGAR AO SOL”?..... | 28 |
| 4 O QUE SE CONSTRÓI COM OS ESPECIALISMOS? | 34 |
| 4.1 O QUE SE TEM CONSTRUÍDO COM A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO?..... | 39 |
| 5 O ESTADO GOVERNAMENTALIZADO..... | 43 |
| 6 CAMINHO METODOLÓGICO..... | 45 |
| 6.1 O CAMINHAR..... | 46 |
| 6.2 O CAMINHO SE FAZ AO ANDAR: ENCONTROS NO CAMINHAR..... | 50 |
| 6.3 UMA HISTÓRIA, VÁRIAS HISTÓRIAS..... | 52 |
| 7 O MENINO DOS OLHOS CLAROS..... | 55 |
| 7.1 UNIDADE PRISIONAL: AQUI E AGORA..... | 58 |
| 7.2 INVISIBILIDADE/MORTE..... | 68 |
| 7.3 UM PARADOXO VIVIDO..... | 69 |
| 7.4 PODE UM ENCONTRO POTENCIALIZAR UMA VIDA?..... | 70 |
| 7.5 ENTÃO, O QUE PENSAR?..... | 70 |
| 8 A MENINA FLOR..... | 72 |
| 9 O MENINO IGREJA..... | 75 |
| 9.1 NÃO HÁ QUE HABITAR UM LUGAR, OU SÓ UM LUGAR..... | 78 |
| 10 COMENDO LINHAS DE FUGA..... | 79 |
| 11 REFERÊNCIAS..... | 84 |

1 O PROGRAMA LAC/PSC: CRIAÇÃO E INTERVENÇÕES

No ano de 2008, a Prefeitura Municipal de Vitória, em parceria com a Vara da Infância e da Juventude, municipalizou o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, antes acompanhadas somente pelos técnicos do juizado. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Assistência Social criou, em convênio com o Centro Salesiano do Menor¹ (Cesam), o Programa (LAC/PSC)² para acompanhamento dos *adolescentes em conflito com a lei*, munícipes de Vitória, cumpridores das medidas socioeducativas de liberdade assistida e/ou de prestação de serviço à comunidade. Trata-se de um programa de Proteção Especial (média complexidade) que atende adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. A proposta do Programa era de que o adolescente ressignificasse o ato infracional e pudesse construir um projeto de vida. Para atingir esse objetivo, o Programa entendia ser fundamental que o adolescente se conhecesse como sujeito de direitos e deveres e experimentasse sua potencialidade como cidadão pleno de direitos³. Toda uma equipe de profissionais foi formada, a partir de seleção e capacitação, para a atuação com tais adolescentes. Foi nessa ocasião em que fui contratada como psicóloga para trabalhar no Programa LAC/PSC. Os gestores do Programa buscaram experiências de outros programas similares no Estado e mesmo fora dele. A equipe de trabalho criou desde a primeira ficha para o cadastro até o fluxograma de atendimento. O que me atraiu inicialmente foi a oportunidade de construir a história do Programa desde os primeiros atendimentos. A equipe ficou em capacitação por mais de um mês e nesse período fomos treinados em política de assistência social, técnicas de atendimento, formação de equipe e muitos outros temas. Como o convênio com o Salesiano representou parte essencial no processo, a equipe foi capacitada especialmente na formação salesiana, que prioriza a função do educador. O princípio de tal formação baseia-se na idéia de que todos os envolvidos no processo de “transformação” e “aprendizagem” dos jovens devem ser educadores e devem se espelhar na presença salesiana e na vida de Dom Bosco (fundador da ordem salesiana). Após o período de formação, a sede do Programa foi liberada e a equipe estava tão ansiosa para começar os atendimentos que fez, ela

¹ O Centro Salesiano do Menor (Cesam) faz parte do Colégio Salesiano de Vitória e tem como objetivo o encaminhamento de adolescentes ao mercado de trabalho como adolescentes aprendizes. Do Cesam fazem parte também o Programa LAC/PSC, o pré-vestibular Dandara e os oratórios festivos (encontros com a comunidade local).

² Programa de Liberdade Assistida Comunitária e Prestação de Serviço à Comunidade de Vitória.

³ Coimbra (2006) coloca em análise o processo de naturalização dos direitos humanos como essenciais e universais, o que acaba por despotencializá-los.

própria, um “mutirão” para limpeza da casa onde funcionaria o Programa, vivendo de fato a experiência de compartilhar funções e atribuições, sem distinção de papéis (técnicos/especialistas e outros funcionários). Após esse momento de entrada na sede, a equipe foi gradativamente perdendo a característica de horizontalidade de saberes. Os lugares de técnicos/especialistas (psicólogos e assistentes sociais) foram se instituindo e se cristalizando. O Juizado demandava dos técnicos relatórios que falassem do adolescente e do cumprimento de sua medida. Aos poucos todos foram definindo suas funções e segmentando a atuação no Programa.

A experiência como psicóloga proporcionou o atendimento a adolescentes de ambos os sexos. A vivência institucional, a observação e a escuta de suas histórias de vida sinalizaram para processos de subjetivação⁴ atravessados pelo desejo de ser visível, de ser gente, de ter valor e por instituições⁵, tais como: a família, o crime, o tráfico, a mídia, o consumismo, etc. Os elementos que compõem esses processos de subjetivação demandam uma intervenção que coloque em análise tais instituições que produzem *adolescentes em conflito com a lei*. Tendo em vista que tais instituições também nos compõem, afirmamos a urgência de que façamos a análise da nossa implicação⁶ no processo de produção de subjetividades marcadas pelo engajamento em condutas de risco⁷, ou seja, modos de vida que incluem ações que desafiam a morte e/ou infrinjam as regras de convivência social.

No período em que trabalhava no Programa fui protagonista de experiência que se prestou como analisadora⁸ de minha atuação e de minhas implicações. Estava andando numa avenida movimentada de Vitória, falando ao celular, concentrada em minha conversa, quando um adolescente de aproximadamente quinze anos de idade me

⁴ Os processos de subjetivação, modos de subjetivação, falam de uma processualidade, “[...] referem-se à própria força das transformações, ao devir, ao intempestivo, aos processos de dissolução das formas dadas e cristalizadas, uma espécie de movimento instituinte que ao se instituir, ao configurar um território, assumiria uma dada forma-subjetividade. [...] “A subjetividade nos fala de territórios existenciais que podem tornar-se herméticos às transformações possíveis, como mapas, ou podem tornar-se abertos a outras formas de ser, como nas cartografias” (DOMINGUES, 1999, p. 2).

⁵ Para a Análise Institucional, “[...] instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se **na** (e **em**) história, ou tempo” (LOURAU, 1993, p.11).

⁶ “A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas diferentes intervenções” (COIMBRA, 2007, p. 29).

⁷ Condutas de risco podem ser vistas como uma forma de antecipar e controlar o risco que faz parte do cotidiano de alguns adolescentes, como exemplo, o engajamento no tráfico (PERALVA, 2000, p. 126).

⁸ Utilizamos o conceito de analisador descrito por Lourau: acontecimentos que agitam, que permitem “fazer surgir, com mais força, uma análise; que fazem aparecer, de um só golpe, a instituição ‘invisível’” (LOURAU, 1993, p. 35).

abordou, com uma faca na mão e me falou para lhe dar o aparelho. Entreguei o celular e o adolescente subiu em sua bicicleta e se afastou de mim. Dirigi-me então a uma delegacia próxima ao local em que estava, fiz o boletim de ocorrência e fui conduzida ao carro de patrulha junto a dois investigadores para tentarmos encontrar o adolescente que havia me roubado. Tudo aconteceu muito rapidamente e quando parei para pensar em toda a situação, já dentro do carro policial, torcia para não achar o adolescente. Confrontei-me com sentimentos ambivalentes e fiquei confusa: ao mesmo tempo em que sabia que o adolescente cometera um ato infracional, não queria ser a responsável por sua internação em uma delegacia especializada⁹. Os policiais me falavam durante o percurso: “Você trabalha com eles, você os protege. E agora você é a vítima...”. Não estava com receio do confronto com o adolescente, mas a situação me fez colocar em análise o Programa e minha forma de atuação no mesmo. Por que me senti mal ao pensar que seria responsável pelo cumprimento de medida socioeducativa pelo jovem? O que me atravessava em relação à idéia de medida socioeducativa? Punição, vingança, sofrimento... O que então estávamos nós do Programa fazendo? Para que estávamos servindo? Essas perguntas se misturavam a outras que me afetavam igualmente: do que o ato infracional está falando? Quem é esse menino que me “agride” com uma faca em punho? O que ele efetivamente quer, demanda, pretende? A que ele resiste e por que ele vai para o confronto? Arrisco: ele quer ser visto, quer reconhecimento social, quer ser gente, quer “merecer” viver...

No final desse mesmo ano de 2008 busquei o Mestrado em Psicologia Institucional no intuito de refletir sobre a minha prática como psicóloga do Programa LAC/PSC. Eu precisava analisar o que o Programa (e seus profissionais) estava construindo em suas práticas e minhas implicações nesse processo. Buscava, naquele momento, ferramentas conceituais e parcerias que me fortalecessem na empreitada.

Percebia que os adolescentes atendidos no Programa eram vistos pela sociedade como rebeldes e marginais, identidades que obscurecem suas forças instituintes capazes de promover rupturas nas instituições dogmáticas e engessadoras de nossa sociedade. É nesse sentido que acredito que a análise dos processos de subjetivação que compõem os adolescentes atendidos pelo Programa deve guiar propostas de intervenções que possibilitem a produção de novos modos de vida, não pautados em formas moldadas a partir de um modelo ideal. Da mesma forma, afirmo que os profissionais da Psicologia e de outros saberes podem colocar em análise suas práticas, investigando a direção dos

⁹ Em Vitória, seria a Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei (Deacle).

processos em curso no seu fazer – se tendem a produzir “corpos dóceis”, domesticados e adestrados, “prontos” para viverem em sociedade, no caso, adolescentes que não mais ofereçam *risco social* ou se estão também no jogo de forças novas práticas e outros modos de vida, pautados numa potência de ação¹⁰.

Nesse sentido, o presente trabalho trata de subjetividades produzidas por processos históricos, numa contemporaneidade norteadas pela lógica capitalista neoliberal, baseada no consumo e na globalização da economia. Assim, entendemos que o que somos não é um retrato de nossa história individual e privada e sim produzida a partir do momento sócio-histórico no qual estamos inseridos. Os processos de subjetivação produzem formas-subjetividade, instituindo modos que podem se estagnar, tornando-se herméticos.

O menino atendido no Programa representa uma forma hermética (adolescente em conflito com a lei)? Que forças instituintes podem colocar em análise os modos de vida dos *adolescentes em conflito com a lei*? Que novos modos de vida podem ser produzidos no encontro com profissionais ou programas? Os profissionais e programas das diversas áreas das políticas públicas têm potencializado novas formas de viver ou têm direcionado e instituído formas já prontas e “esperadas”? Que processos de subjetivação têm produzido o adolescente em conflito com a lei na contemporaneidade submersa no risco, na violência, no ideal de proteção? Estas são indagações que permearam minha vida profissional, o mestrado e este trabalho. Não pretendemos buscar verdades, pretendemos colocar nossas práticas em análise, o que elas têm (re)produzido e nos colocar o desafio de ousar sonhar com outras possibilidades.

2 ADOLESCÊNCIA E LEI: O PERCURSO ATÉ A PROTEÇÃO INTEGRAL

A visão da criança e do adolescente mudou de fases inexistentes (não distintas), conforme descreve Ariès (1978) acerca dos séculos XI e XII, passando pelo movimento higienista, no qual criança é sinônimo de ser incapaz (Costa, 1979), e chega hoje à doutrina da proteção integral, que clarifica as crianças e os adolescentes como sujeitos plenos de direito.

Bulcão (2002) e Rosa (2007) apresentam estudos que demonstram a inexistência, até o século XVIII, de distinção de idades entre os sujeitos que eram alvos do sistema punitivo da época. Isso significa dizer que a penalidade – a forma de tratamento dispensada pela “Justiça” – era a mesma tanto para crianças, como para jovens ou adultos, pois não havia

¹⁰ Segundo Sawaia (2004), a partir da filosofia espinosana, os homens (os modos de existir) precisam do encontro com o outro para conservar e expandir a própria existência. A potência seria vontade guiada pelo desejo de liberdade e o seu aumento provoca o sentimento de alegria, já as paixões (emoções tristes e passivas), enfraquecem a potência de ação.

legislação de acordo com a idade do autor do delito. Somente a partir do século XIX foram feitas as primeiras críticas em relação a essa indistinção, dando início à justiça de menores.

Rizzini e Pilotti (2009) traçam o percurso histórico da assistência à infância no Brasil, do período colonial, quando “Igreja e Estado andavam juntos” (p. 17), catequizando e preparando os futuros adultos, passando ao período da escravidão, onde as crianças escravas eram posse do senhor de engenho. De acordo com os autores, a partir de 1521 as Câmaras Municipais passaram a ter a função de cuidar das crianças abandonadas, dentre elas, os filhos nascidos fora do casamento. Surgiu o dispositivo da Roda¹¹, utilizado para que quem estivesse no interior do estabelecimento não visse quem abandonava a criança. As crianças recolhidas em asilos de órfãos passaram depois a receber educação industrial a fim de serem preparados para ocuparem seu lugar na sociedade. Inicia-se assim a chamada “assistência ao menor”, que objetivava a disciplina e formação da infância, já sobre o ideal de prevenção.

Bulcão (2002) traça o percurso histórico do conceito de “menor” até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo Bulcão (2002), o movimento higienista, encampado no Brasil a partir do século XIX, passou a atuar no sentido de uma prevenção, vendo a criança como um futuro cidadão que deveria ser normatizado para ser produtivo e útil ao país, dadas as relações de trabalho e as transformações dos centros urbanos em centros produtivos.

Assim, as crianças nas ruas deveriam ser controladas em nome de uma sociedade melhor. Trata-se aqui do controle das virtualidades destinado à infância pobre. Por um lado instaura-se a idéia de que a criança é um ser frágil, indefeso e suscetível aos males da sociedade e que, por isso, precisa ser protegida. Formam-se junto a essa idéia instituições – que Foucault (1996) chamou de instituições de sequestro¹² – destinadas a traçar um cordão de isolamento em torno das crianças para protegê-las dos males da sociedade. Por outro lado, constitui-se no mesmo período a idéia de menor para a criança de origem pobre que se encontra desassistida ou abandonada, cujas características são a delinquência e a periculosidade, necessitada desse modo de vigilância constante. O controle se coloca de duas formas a partir das instituições de sequestro: em nome da

¹¹ “Dispositivo cilíndrico, dedicado ao recolhimento de recém-nascidos ditos enjeitados [...] o dispositivo da Roda, mantinha o anonimato de quem depositava a criança, preservando a honra das famílias” (ARANTES, 2010, p. 9).

¹² Para o autor, as instituições de sequestro tinham a princípio a finalidade de controlar o tempo das pessoas e torná-lo tempo de trabalho, depois de controlar os corpos, visando sua força produtiva para o trabalho e por fim, a relação de poder e saber (sobre e a partir dos indivíduos).

proteção (família, escola, etc.) ou em nome da vigilância (juizado de menores, escolas especiais, etc.). Tal processo foi chamado por Nascimento et al. (2002) de “[...] a produção de infâncias desiguais”.

No século XX, o Decreto nº 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927, chamado Código de Menores ou Código Mello Mattos, consolida as leis de Assistência e Proteção aos menores, representando o início de uma legislação específica para a infância brasileira. Esse Código trata de questões pertinentes aos menores abandonados, vadios, delinquentes, à destituição do pátrio poder, à liberdade vigiada (forma de vigilância do menor exercida pelos pais, tutor, guarda, instituição e juiz), ao trabalho dos abrigos de menores, à criação do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, dentre outras questões. Assim, visava “acolher” as crianças abandonadas e disciplinar os desordeiros públicos, vistos como perigosos. De acordo com Bulcão (2002), o Código Mello Mattos define “menor” somando criança à pobreza.

A palavra “menor”, amplamente utilizada a partir do Código de Menores, é

[...] um símbolo de exclusão; é a afirmação da diferença estrutural entre os vários grupos, tornando-a ineludível, naturalizada. [...] as crianças que não vivem sob os modelos hegemônicos são diferenciadas jurídica e socialmente por meio da categoria “menor” (SCHEINVAR, 2002, p. 88).

Em 10 de Outubro de 1979 surge a Lei nº 6.697, chamado o “Novo” Código de Menores, que regulamenta a assistência, a proteção e a vigilância de menores até 18 anos de idade que se encontravam em **situação irregular**:

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

- I. Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las;
- II. vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III. em perigo moral, [...]
- [...] V. com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI. autor de infração penal.

O Novo Código de Menores traz medidas de assistência e proteção, dentre elas a Liberdade Assistida e a internação, nos casos de desvio de conduta e infração penal.

Segundo Bulcão (2002), o novo Código mantém a equação menor = criança + pobreza. Para a autora, o conceito de “situação irregular” descreve na verdade os que estavam “fora das normas padrões” e, portanto, deveriam ser controlados em suas virtualidades, a fim de se constituírem como cidadãos produtivos “saudáveis”, resguardando a sociedade

dos perigos da delinquência/pobreza. Para Coelho (2007) “[...] ser pobre não é crime, mas torna-se passível de punição” (p.72), quando se considera o Novo Código de Menores.

Até a década de 70, então, a criança e o adolescente foram vistos pela lei como objetos de controle, disciplina e repressão. Segundo Pinheiro (2001), a partir da metade dos anos 70 e nos primeiros anos da década de 80, o Brasil viveu a transição política e social da ditadura militar para a redemocratização, com uma rearticulação da sociedade civil. Nesse período os movimentos sociais entraram fortemente na luta pela garantia de direitos, incluindo os direitos da criança e do adolescente.

Pinheiro (2001) ressalta que no início dos anos 80, a FUNABEM¹³ elaborou um documento que revelava a situação de carência das crianças e adolescentes do Brasil. Nesse período surgiram várias instituições e movimentos que contribuíram para a mudança na legislação e na visão da criança e do adolescente, como a Pastoral do Menor, a Pastoral da Criança (vinculadas à Igreja Católica) e o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua. Em 1989 foi aprovada pela Organização das Nações Unidas a Doutrina da Proteção Integral, que foi uma atualização da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. A Doutrina da Proteção Integral considera a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, em condição especial de desenvolvimento.

Dessa forma, a visão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e alvos de proteção e assistência é muito recente. Além dos já citados, alguns outros atos normativos e diretrizes foram importantes na história da criação de normas jurídicas de proteção à criança e à juventude: a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança (1924), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), as Regras de Beijing (1985), e outras mais, que visavam assegurar a proteção absoluta à criança e ao adolescente.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, traz no artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessas leis, as crianças e os adolescentes são tratados com prioridade absoluta, vistos como sujeitos de direitos e *pessoas em desenvolvimento*. Em relação aos que cometiam

¹³ Fundada em 1964, a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), junto com as FEBEMs (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor), representavam o sistema oficial de assistência à criança e ao adolescente em situação irregular (PINHEIRO, 2001, p. 54).

atos "fora da lei", o Código de Menores de 1979 trazia que os chamados "menores", tanto os que praticavam infração penal, quanto os que estavam em "perigo moral" ou com "desvio de conduta", teriam medidas aplicadas pelo Juiz de Menores. Atualmente, os *menores* devem ser vistos como crianças ou adolescentes "em vulnerabilidade social"¹⁴, ou como *adolescentes em conflito com a lei*, quando têm mais de 12 anos e são autores de ato infracional. Seria o caso de nos perguntarmos se a mudança de adjetivos junto à criança e ao adolescente modifica de fato a adjetivação "situação irregular" do Novo Código de Menores¹⁵?

No ano de 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD¹⁶), marco legal e orientação principal das políticas públicas de proteção da criança e do adolescente. Segundo Rosa (2007) "O tratamento indiferenciado que antes era dispensado tanto aos vitimizados quanto aos vitimizadores se desmembrou com a criação de medidas socioeducativas em separado das medidas de proteção" (p. 37).

O ECRIAD estabelece as medidas protetivas para as situações em que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados.

As medidas de proteção podem ser:

Art. 101. [...] a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta (ECRIAD, 1990).

As medidas socioeducativas (MSEs) são aplicáveis quando verificada a prática de ato

¹⁴ Vulnerabilidade social pode ser descrita como "[...] posição de desvantagem frente ao acesso às condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania de determinadas populações". (GUARESCHI et al, 2007, p. 17). De acordo com os autores citados, o conceito deve ser deslocado do plano individual para o social, considerando os arranjos sociais e políticos que incidem sobre os sujeitos.

¹⁵ Segundo Pe. Xavier, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (Criad), que realiza vários projetos de intervenção e acolhida a crianças e adolescentes, o fato de mudarmos os adjetivos não configura necessariamente em mudanças de paradigmas, podendo permanecer a mesma concepção de "situação irregular" descrita no Novo Código de Menores.

¹⁶ No Espírito Santo, diferentemente de outros estados, utilizamos a sigla ECRIAD, pois acreditamos que a sigla ECA tomou um sentido pejorativo de "algo nojento", não muito desejável. Assim, trata-se de uma afirmação positiva do Estatuto.

infracional por adolescentes (de acordo com o ECRIAD, pessoas entre doze e dezoito anos de idade). As medidas socioeducativas são:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviço à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I ao VI (ECRIAD, 1990).

O Programa LAC/PSC da Prefeitura de Vitória trabalhava com duas das medidas socioeducativas descritas acima: liberdade assistida (descrita no Artigo 118 do ECRIAD) e prestação de serviços à comunidade (descrita no Artigo 117 do ECRIAD). Ressaltamos que, para a sua implantação, o Programa utilizou o SINASE¹⁷ como um dos instrumentos norteadores de ações na sua elaboração e implantação.

O SINASE preconiza o respeito aos direitos humanos, à Constituição Federal, ao ECRIAD, a municipalização do atendimento, a gestão democrática, a incompletude institucional (portanto a necessidade de redes de serviços), o princípio da legalidade, dentre outros princípios. Descreve as competências e atribuições dos entes federativos em relação à apuração, aplicação e execução de MSEs. Ressalta o caráter socioeducativo da gestão pedagógica e estabelece critérios e eixos para diversas questões, desde parâmetros arquitetônicos à aplicação de recursos e formação/composição de equipes. O SINASE é considerado uma política pública que se destina à inclusão social do adolescente em conflito com a lei, priorizando o seu “pleno desenvolvimento como pessoa”.

Enquanto proposta, o SINASE se constituiu como um marco na política pública, entretanto a sua aplicação pode ser questionada na medida em que os seus princípios e descrições não são seguidos e aplicados, na maioria das vezes pelos serviços. Questionamo-nos se os antigos Códigos de Menores ainda povoam nossas práticas, se suas marcas ainda trazem efeitos, reproduzindo formas/fôrmas de intervenção e atuação frente aos *adolescentes em conflito com a lei*.

De acordo com o ECRIAD, o adolescente deve ser acompanhado, orientado e assistido, objetivos do Programa LAC/PSC. Mas, que referências pautam tais objetivos? Que efeitos

¹⁷ O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é um documento teórico-operacional para execução de medidas socioeducativas, sistematizado em 2004 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), com o apoio da Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

são produzidos em suas práticas cotidianas? Que ética norteia as práticas, as que buscam potência de vida ou as que reproduzem mortificações?

O ECRIAD é atualmente muito discutido e criticado, pois é interpretado por alguns juristas, técnicos e pela sociedade em geral, como legislação permissiva e condescendente, culpada pela impunidade dos atos infracionais e pela própria violência atual.

É inegável que o ECRIAD é uma conquista dos movimentos sociais, principalmente dos que lutam pelos direitos da criança e do adolescente e mesmo de toda a sociedade. Um avanço no campo jurídico e social. Porém é necessário colocar em análise o uso desta normativa, nos questionamos se o ECRIAD não tem sido utilizado como um dispositivo de controle das virtualidades das crianças e adolescentes. Será que o seu uso atual, ao focalizar a infância e a adolescência em situação de risco social e pessoal não coloca esta população em vigilância e monitoramento constantes, travestido do ideal de proteção? Quais os subprodutos gerados a partir de nomeações tais como: “criança em situação de vulnerabilidade”, “criança em situação de risco social”, “adolescente em conflito com a lei”?

É como se existissem duas sociedades. Uma que se indigna com esse estado de coisas (...) e obtém a reforma do discurso oficial (...) o domínio jurídico-judiciário. Enquanto isso, a outra resiste, sub-reptícia e obstinadamente ao novo modelo, acusado, velada ou abertamente, de proteger “menores”, “pivetes”, “trombadinhas”. **Quanto a estes, não os reconhece como legítimas crianças e adolescentes, considerando-os, ao contrário, inimigos precoces do bem público, que é preciso conter precocemente, tirando-os de circulação, não importa como** (grifo nosso, RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 325).

Ressaltamos que às crianças abandonadas na Roda, às escravas, aos desvalidos, de maneira geral, aos pobres da história da infância no Brasil, que demandavam caridade¹⁸, filantropia¹⁹ e ação estatal, correlacionamos os pobres da atualidade. Para Rizzini e Pilotti (2009) o “[...] estereótipo dos pobres como inferiores, viciosos, ignorantes, miseráveis, (...), foi sempre o pano vermelho dos agentes devotados à vigilância da sociedade e da ordem pública” (p. 325). Assim, o Estado justifica sua ação nas famílias pobres, ameaçando e reiterando a incompetência destas na criação de suas crianças e adolescentes. “Quanta perseguição, ou punição velada, não terá ocorrido sob o manto severo, benevolente e esclarecido desse segundo pai que o Estado pretendeu ser, por tanto tempo?” (2009, p. 325).

¹⁸ “Caridade [...] 1. Ét. No vocabulário cristão, o amor que move a vontade à busca efetiva do bem de outrem e procura identificar-se com o amor de Deus; ágape, amor-caridade. 2. Benevolência, complacência, compaixão. 3. Benefício, esmola” (FERREIRA, 1986, p.353).

¹⁹ “Filantropia [...] 1. Amor à humanidade; humanitarismo. 2. Caridade (1)” (FERREIRA, 1986, p.777).

O controle social promovido pelo Estado sobre as crianças e adolescentes pobres, visa normalizá-los, preparando-os para serem adultos produtivos. A criação de tribunais especializados, delegacias, abrigos, visa a proteção preconizada no ECRID e o controle dos corpos e dos sujeitos.

Em estudo sobre a tematização social da juventude no Brasil, Abramo (1997) aponta para o fato de que a juventude tem sido vista, grosso modo, não só na opinião pública como na academia, como o “problema social”, relacionada à violência, crime, exploração sexual e drogadição, de forma que se demarcam as lacunas, o caos e as crises, sejam individuais ou coletivo-familiares. Mas quem são esses adolescentes? Acreditamos que seja necessário enxergá-los além das estatísticas formais de sexo, etnia, bairro, ato infracional/artigo correlato. É preciso falar dos processos de subjetivação que produzem o *adolescente em conflito com a lei (ACL)*.

Pretendemos, com este projeto, analisar os processos de subjetivação que compõem o *adolescente em conflito com a lei* que passaram pelo Programa LAC/PSC no Município de Vitória/ES, a partir da produção de sentidos construídos pelos próprios jovens. Gostaríamos de salientar que a escolha de jovens com passagem pelo Programa é, para nós, ético-política. Primeiramente porque ao atuar no Programa e ser por ele afetada impõe-se a necessidade de refletir sobre as práticas profissionais voltadas ao atendimento dos jovens que passam pelo aparato policial-judiciário. Em segundo lugar – mas entendendo como atravessamento principal da subjetividade “adolescente em conflito com a lei” – porque entendemos que é a passagem pelo Sistema de Justiça – que encaminha o jovem para tais programas – que define um ACL.

Desse modo, nosso objetivo não está colocado exatamente em investigar as práticas do Programa ou dos profissionais de Psicologia do Programa, senão como uma das linhas de composição do ACL. Assim, acreditamos que seja necessário ainda colocar em análise as atuações dos especialistas nos programas que envolvem a infância e a adolescência, pois os ACL, em geral, passam por vários desses programas. Para auxiliar nossas análises, utilizaremos o conceito de circunscritores, adotado pela Psicologia do Desenvolvimento, na medida em que propomos lançar um olhar sobre as práticas desenvolvidas nos programas, que nos parecem estar delineando modos de vida por meio de sua circunscrição.

3 O QUE QUER O JOVEM POBRE?

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...
A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...
[...]
A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Prá aliviar a dor...
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...
[...]

Titãs

O que quer um jovem hoje? Foi construída a “verdade” sobre a adolescência, em especial em relação ao adolescente pobre, de que essa sempre cede aos apelos consumistas. Então, os adolescentes pobres desejam o que os ricos podem ter (o tênis de marca, o relógio caro, etc). Assim, cometem atos infracionais para **ter**, a qualquer custo, um símbolo de *status*. Peralva (2000) questiona essa “verdade”, afirmando que dizer que o adolescente é movido pelo desejo de possuir algo é reduzir de maneira simplista o fenômeno da violência. O adolescente não quer “só dinheiro, quer dinheiro e felicidade, quer liberdade e saída para qualquer parte”... Quer também reconhecimento e respeito, diríamos.

Ataíde (1993) retrata o desejo de reconhecimento ao dar voz à Jurandir, 11 anos:

Quero dizer mais uma coisa: gostei de conversar com você. Achei bom você se preocupar com a gente... com esses meninos que andam por aí... sem rumo,

roubando... quero dizer obrigado pra você aí, porque fez uma coisa que pouca gente faz: deu importância pra mim!... (ATAÍDE, 1993, p. 198).

Nos atendimentos realizados no Programa LAC/PSC e em entrevistas coletadas para a pesquisa, percebemos a questão do reconhecimento como algo estimável para o adolescente, por vezes denotando o fato de que não sendo reconhecido pela sociedade, o adolescente procura no tráfico o respeito, ainda que de forma questionável, o que demanda maiores análises. Oliveira (2001) aponta o delito como forma de atender ao que denomina “uma exacerbada busca pelo reconhecimento”. Para o autor, o ato infracional seria vivido como um espaço de liberdade para fugir e questionar a exclusão social, racial, de oportunidades, a qual o adolescente se vê enredado.

Peralva (2000) faz uma análise do aumento da violência com o retorno da democracia no Brasil. Aponta quatro eixos analíticos para entender o fenômeno: a continuidade autoritária, a desorganização das instituições, a pobreza e a mudança social.

A autora estudou a ocupação das favelas do Rio de Janeiro, as lutas pela urbanização, seu crescimento e melhoria. Em suas análises, questiona a explicação simplista de que todo favelado é marginal, recusando a associação causal entre pobreza e violência. A intervenção que a autora realizou nas favelas trouxe imagens diferentes do favelado (morador da favela, notadamente os adolescentes): pessoas com aspirações, que valorizam a educação como meio transformador, com conflitos entre pertencer e permanecer na favela e dela sair, presença do tráfico, além de conflitos relacionais entre os “da cidade” e os “da favela”.

Ao investigar o crime e o tráfico, sinaliza questões fundamentais, tais como, o tráfico como escolha, a pobreza como causa da violência e a criminalidade juvenil como meio para obtenção de bens materiais difundidos pelo capitalismo. Segundo Peralva (2000), em relação ao tráfico, o que ocorre não é uma escolha, mas uma forma de administrar o sentimento de *risco*. O engajamento em condutas de risco seria parte das estratégias de resposta a uma sobrevida marcada pelo risco, uma tentativa de controle desse sentimento²⁰.

Por outro lado, fazer parte da equipe LAC/PSC permitiu-me questionar o “risco” e o “perigo” de se trabalhar com adolescentes em conflito com a lei/pobres/moradores de morros de Vitória.

O Programa LAC/PSC situava-se no Centro da Cidade de Vitória e, à época em que lá

²⁰ Vide página 33.

trabalhei (2008 a 2009), eu e minha família residíamos no mesmo bairro. Assim, foram freqüentes os questionamentos (particulares, de colegas de trabalho e familiares) a respeito do “risco” de se morar tão perto de um trabalho tão perigoso. Em vários momentos tentei encontrar explicações, tentando me convencer de que seria necessário certo distanciamento das pessoas que atendia, fazendo menção a uma postura dita “ética”. Mas, não havia outra justificativa senão a idéia de perigo e risco presentes no trabalho, ou seja, a preocupação em expor minha família ao perigo iminente vindo supostamente da presença dos adolescentes. Elaborava algumas “estratégias de proteção”: sair em horários diversos, por caminhos diferentes e sempre acompanhada de outro membro da equipe. Na verdade, essas estratégias eram adotadas por todos da equipe do Programa, o que remete à idéia de que compartilhávamos o sentimento de insegurança frente ao risco envolvido no trabalho.

Que “risco” era esse de trabalhar, vivenciar, criar vínculos com pessoas “perigosas”, tanto os adolescentes quanto suas famílias? Risco de colocar minha própria família em risco, com a possibilidade da abordagem, como se a qualquer momento pudéssemos, eu e minha família, sofrer ameaças ou algo do tipo. Lidar com esse público seria um risco pessoal e social. Mas, tal público também é constituído de pessoas em situação de risco. De que risco se está falando? Esse último refere-se ao mesmo risco colocado no trabalho com pessoas em situação de risco? O risco dessa população “passa” para aqueles cujo trabalho é o seu atendimento?

3.1 Será que o jovem pobre quer “merecer” viver?

Foucault (2002), ao falar do *biopoder*, descreve técnicas de regulamentação da vida, diferenciando a população que deve ser protegida daquela que deverá ser combatida em nome da defesa da sociedade. A partir da ascensão dos mecanismos de controle da vida das populações (biopolíticas), a concordância com a eliminação ou exclusão de determinada categoria de pessoas baseia-se na premissa de que tais sujeitos oferecem perigo às vidas eleitas como superiores, aquelas que merecem viver. A partir de Foucault (2002), apreendemos, nesse contexto, a política da sociedade moderna, que reverte a ótica do poder do soberano, do “fazer morrer e deixar viver” em “fazer viver e deixar morrer”, operando uma divisão social em termos daqueles que merecem viver e aqueles que podem morrer.

No Brasil chegamos ao século XX com a “Missão Patriótica” da elite científica para a instauração de uma Nação Moderna a partir do saneamento moral do país que se atualiza

por meio das Políticas de Assistência Social. Estas têm nos projetos sociais de atendimento à infância empobrecida seu principal expoente. Coimbra e Nascimento (2005) nos auxiliam na compreensão de que a pobreza é percebida e tratada na sociedade moderna como possuidora de uma “moral duvidosa”, transmitida hereditariamente, pertencente a uma classe “mais vulnerável” aos vícios e às doenças. Seus filhos devem ser afastados dos ambientes perniciosos, como as ruas. Assim, os pobres, considerados “viciosos”, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios, representando um perigo social que deve ser erradicado.

Desse mapeamento dos pobres surge uma grande preocupação com a infância e a juventude que poderão compor as “classes perigosas”. Como se vê, as crianças e os jovens “em perigo/risco” devem ter suas virtualidades controladas permanentemente.

Vaz (2004), dialogando com a obra de Foucault, apresenta a passagem da norma ao risco, da norma/padrão para a exclusão e demarcação do risco.

A história da punição, traçada por Foucault (1986), relata que a princípio era utilizado o suplício, um espetáculo, uma cena em que o indivíduo era castigado publicamente, por meio da mutilação do corpo que produzia dores alucinantes. Era a morte lenta, dolorosa e visível. Forma de punição que fala da remissão do erro, que visava excluir, tirar da sociedade o indivíduo desviante. O suplício começou a levar o povo a ter compaixão pelas pessoas punidas, com a figura do carrasco (aquele que realizava o suplício) sendo associada à expressão da violência. Tornou-se necessária a criação de uma punição sob a forma de morte rápida e sem dor, por exemplo, a guilhotina. Passou-se neste ponto a cobrir o indivíduo castigado, “encobrir” a punição. Cessa o espetáculo, a cena, mas o corpo continuava a ser o objeto e o objetivo do castigo.

Da morte do corpo para a punição exercida sob a forma de “correção”: a transformação da “alma” por meio da privação dos direitos e da liberdade, associados ao isolamento e à fome. Antes o agente da punição era o carrasco que punia o corpo diretamente, agora o agente passa a ser o psicólogo, o psiquiatra, o guarda que pune o corpo indiretamente, privando-o, classificando-o, vigiando-o. Fazer voltar à normalidade, punir a virtualidade, a possibilidade dos crimes e delitos antes que aconteçam – dizemos isso sem entender que haja uma substituição geral de uma forma pela outra, pois é preciso ter sempre em vista os acontecimentos, por exemplo, da UNIS²¹ noticiados em larga escala. Os técnicos

²¹ Após visita a UNIS (Unidade de Internação Socioeducativa do Município de Cariacica – ES), o Padre Xavier, atual coordenador da Pastoral do Menor no ES, e a Juíza Patrícia Neves, titular da Vara da Infância e da Adolescência de Vila Velha (ES), encaminharam, junto a outras entidades, denúncia de tortura por constatarem a existência de porretes na unidade, que serviriam para espacamentos feitos pelos agentes

especialistas formam o aparato extrajurídico que diagnostica o ser criminoso ou se ele repetirá o ato (antes de cometê-lo). Prevenção e exclusão para proteger a sociedade da ameaça do que está à “margem”, do que coloca em questão a “normalidade”, o que é desejável e produtivo.

A nova penalidade, de fato, mais do que punir, corrige e cuida. [...] A sociedade de vigilância quer fundar seu direito sobre a ciência; isso torna possível a “suavidade” das penas, ou melhor, dos “cuidados”, das “correções”, mas estende seu poder de controle, de imposição da norma. Persegue-se o “diferente” (FOUCAULT, 2003, p. 157-158).

A norma, que tem como pilares o exame e a vigilância, emerge como balizadora do incontrolável e do imprevisível, porém, na passagem do séc. XVIII para o XIX, novos elementos passam a compor o jogo de forças, conforme Foucault (2004). Primeiramente pelo deslocamento do foco no que se refere à gestão dos perigosos, ou seja, a psiquiatria e, por consequência, o Direito Punitivo, passam a se ocupar dos criminosos, e não tanto do crime; do perigo potencial, e não tanto do ato cometido; da proteção da sociedade, não somente da punição do criminoso; o que promove a intervenção pela prevenção e não somente pelo tratamento. Depois, a partir da segunda metade do séc. XIX, a noção de risco é consolidada pela Economia e pela Medicina (SPINK, MEDRADO E MELLO, 2002), diferentemente do que se via até então. Agora ela comparecia como algo que poderia ser gerenciado, deslocando-se a ordem do imponderável, o perigo, para torná-lo passível de previsão e de controle, os riscos.

Da sociedade disciplinar, que ditava a norma, o padrão, para a sociedade de controle, com modelos variados e a demarcação de quem é ou está em risco. Segundo Flores²² (2008) “A periculosidade do sujeito se fundamenta, pois, na virtualidade dele. [...] Um sujeito poderá ser penalizado não apenas pelo que fez [...] mas também pelo que pode vir a fazer” (p. 94). As penas e medidas alternativas, por exemplo, vistas como avanço no Direito, já não somente punem, mas tem o papel de controlar antecipadamente o sujeito, controlar a virtualidade deste sujeito, controle exercido por toda a sociedade.

Vaz (2004) questiona o modelo de marginalidade (pobre, negro, jovem), pois o que entra em cena é a virtualidade, a possibilidade de se cometer algum delito. Apesar do questionamento do autor e da recusa de Peralva (2000) à equação de igualdade entre pobreza e violência, vemos uma tendência à produção da personificação do risco numa

socioeducativos. A denúncia foi apresentada durante a 13ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Justiça Global, 2010).

²² Ressaltamos que Flores aborda o dispositivo da periculosidade de acordo com Foucault (1996).

parcela da população pobre: o adolescente negro, que usa bermuda e boné. Dessa forma, para muitos, a violência tem cor de pele, tipo de roupa e acessório, sendo inclusive demarcada pela classe social. Quando nos deparamos com esse “modelo”, automaticamente seguramos nossas bolsas e nossas emoções. Sentimos medo e apreensão.

Tal tendência de que falamos refere-se a situações vivenciadas não só à época da atuação no Programa, como também em cenas do cotidiano de nossas vidas. Como ilustração, recordo-me de uma cena vivenciada num trajeto de ônibus: o ônibus pára num ponto em que alguns passageiros descem. Um adolescente tenta entrar pela porta traseira do ônibus, com um papel na mão. Dois guardas municipais o abordam falando que ele só pode entrar se o motorista autorizar. Os guardas indagam, lá do ponto de ônibus, se o motorista liberou a entrada do adolescente. O motorista responde que não, fechando a porta traseira. De dentro do ônibus escuto o “diálogo” e vejo uma movimentação que se desdobra junto às falas: um dos guardas, no instante em que o motorista fecha a porta, saca seu revólver, novinho, brilhante e continua a conversa com o adolescente com a arma na mão. Com esse ato chama a atenção dos passageiros que até então estavam imersos cada um em seu mundo próprio. Retirados dos seus devaneios, cada um pode avaliar e fazer sua própria interpretação do fato. Uma senhora fala que levara “o maior susto” quando viu a arma na mão do guarda e outra observa que achou certa a atitude do profissional, pois “Hoje em dia não dá para saber quem entra no ônibus para vender ou pedir e quem entra para roubar!”, falando que o adolescente em questão não estava querendo vender nada, pois estava somente com um papel na mão, deixando uma incerteza no ar. Nesse momento, feitas as análises, o ônibus segue seu trajeto, os guardas ficam no ponto de ônibus, provavelmente certos do estrito cumprimento do dever. O guarda que sacou seu revólver o devolve ao coldre. Os passageiros se sentem indignados ou aliviados com o que foi visto e o adolescente some diante de todos, talvez atônito, com medo dos que estavam com medo dele, ou simplesmente foi tentar outro ônibus, em outro ponto, acostumado em ter seu script pronto.

Essa cena retrata a forma pela qual alguns adolescentes são vistos como sendo o *risco*: pobre/vulnerável/perigoso. E, por outro lado, aponta para o ideal de polícia: “prevenção” da violência a partir da atuação sobre a virtualidade.

Hillesheim e Cruz (2008) analisam a equivalência entre infância pobre e infância perigosa. As autoras citam a equação: infância + pobreza = risco = perigo. Assim, é dever das

políticas públicas agir sobre a infância (porque a criança está “em formação”, ou seja, ela é incompleta) e sobre a pobreza, pois ao final da equação da vida, se aquela não for trabalhada, produzirá um sujeito perigoso, e é necessário atuar sobre as virtualidades, controlando-as. Para as autoras, o conceito de vulnerabilidade deve ser levado em conta e entrar na equação, pois a criança pobre é vulnerável por estar em desenvolvimento e por corporificar a virtualidade da violência. As políticas públicas então investem em medidas preventivas, em ações que pressupõem que a pobreza deve ser protegida dela mesma e ao mesmo tempo, proteger a sociedade da pobreza.

3.2 Será que o jovem pobre quer um “lugar ao sol”?

Todos os programas de televisão e jornais falam de uma mesma situação: a violência cresce cada vez mais. Chesnais (citado por Peralva, 2000), chama a atenção para o paradoxo: “[...] o fato de o sentimento de insegurança estar crescendo enquanto a violência, no sentido material e objetivo do termo, estaria, ao contrário, em franca redução” (p. 121). Para Peralva (2000), “[...] é importante fazer uma distinção entre as ameaças externas que eventualmente pesam sobre a integridade de cada um de nós e o sentimento de risco como experiência subjetiva” (p. 121).

Deparamo-nos com uma questão: a violência cresceu ou não? Por que o sentimento de insegurança está presente em todas as esferas da vida e em todas as partes do mundo mesmo que os dados efetivos sobre o aumento da violência não seja algo observável em estatísticas de governo?

A segurança pública é o tema principal de discussão em muitas partes do mundo, segundo Wacquant (2001). Entre os grandes temas sociais, a segurança pública é o mais discutido ou mais abordado hoje também no Brasil. Em várias capitais o problema da criminalidade relacionada ao tráfico de drogas parece ter tomado de vez a cena. Toda semana é possível ler alguma notícia nos jornais sobre fechamento de escolas, estabelecimentos comerciais ou vias públicas por ordem de “comandantes” do tráfico. Nas campanhas para sucessão presidencial ocorridas nos anos de 2002 e de 2006, o plano mais requisitado pelos eleitores, repórteres e opositores foi o da intervenção programada para o combate à criminalidade. Notável, ainda que requentada, foi a presença da idéia de endurecimento contra o crime com medidas de segurança que vão desde um aparato policial vigoroso a um sistema punitivo impiedoso, tanto por parte de programas de governo como por parte da opinião pública.

Wacquant (2001) nos faz pensar que o sentimento de insegurança e o foco da atenção voltado primordialmente para a violência, como sinônimo de criminalidade, são fenômenos mundiais ampliados pelo processo neoliberal de globalização da economia:

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um 'mais Estado' policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social que é a própria causa [grifo do autor] da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo (WACQUANT, 2001, p. 07).

Vê-se a perversão da penalidade neoliberal, segundo o autor, quando aplicada a países com grande desigualdade de condições e de oportunidades, e, no caso brasileiro em particular, com uma concepção hierárquica de cidadania – em que todos são iguais, mas uns são mais “iguais” que outros – que faz confundir a manutenção da ordem pública com a manutenção da ordem de classe. Nesse sentido, o investimento no Estado Penal com a intensificação da intervenção do aparelho policial e judiciário é o mesmo que implantar uma verdadeira ditadura sobre os pobres.

O medo e a sensação de insegurança se prestam não somente para práticas de “apartheid” no tecido social dos que merecem viver daqueles que podem morrer em nome da defesa da sociedade, mas também para “[...] a produção de apatia e o desânimo indo até o surgimento de múltiplas patologias que irão levar à utilização de medicação psiquiátrica, patologias somáticas, etc” (RAUTER, 2007, p. 42).

Segundo Tavares (2009), o medo e a insegurança colocam os sujeitos em lugar de acuação. Acuados, os sujeitos não apostam nada, nada arriscam, tornando-se inertes ou reativos. Neste último caso, atualizando a moral do ressentimento, apostam tudo porque “não há nada mais a perder”. Pensando o medo como componente do dispositivo do jogo de forças operantes no atual momento sócio-histórico, Tavares (2009) o apresenta como um disparador das condições de possibilidade abertas no campo como resultado das relações de força que definem as opções de emergência em relação aos processos de subjetivação. É desse modo que pensamos que o jovem quer se sentir seguro, quer “um lugar ao sol” que lhe possibilite sentir-se acolhido em sua diferença e aquecido pelo calor do plano coletivo.

Existe aqui uma questão: se o aumento da violência é um falso problema, quando ligamos a televisão e vemos programas nacionais e internacionais que mostram cenas reais ou fictícias de casos policiais, perícias médicas esclarecendo crimes hediondos, séries especializadas em casos de pedofilia e/ou crimes sexuais que parecem dotar o espectador de um poder de solucionar casos ou julgá-los, estaríamos diante de uma estratégia para lidar com a insegurança e o medo ou algo do tipo um sonho concretizado?

Ainda que o aumento da violência possa ser questionado, o sentimento de insegurança e de que sensivelmente nos vemos vivendo continuamente em risco é facilmente “diagnosticável”, que o digam profissionais das áreas médicas e psicólogos, pois crescem os casos de síndromes²³ (pânico, estresse pós-traumático, etc).

O crescimento da violência urbana e da criminalidade, no interior do próprio processo em que se formou a democracia brasileira, constituem experiência complexa e multifacética, na qual pobres e ricos se encontram conjuntamente envolvidos. O problema é compreender melhor como os brasileiros coproduzem a violência de que são vítimas (PERALVA, 2000, p. 82).

Para nós, viver é um risco. Trabalhar no porto é risco, ser policial é estar em risco, ir à praia, à padaria, sair de casa é se expor ao risco. Temos esse sentimento de insegurança e precisamos nos atentar a uma questão: a que atende esse sentimento? Promessas políticas de maior segurança, maior aparato polícialesco, construções de prisões cada vez mais “seguras”, tudo em resposta ao sentimento de insegurança, que poderia ser pensada no nível da insegurança social.

Responderemos sua demanda por insegurança social fornecendo segurança criminal. [...] Já não podem garantir empregos nem assistência social, então o que garantem? Bem, para compensar a falta de legitimidade do Estado, os políticos têm oferecido mais polícia, justiça criminal e prisões (WACQUANT, 2005. p. 4-5).

Retomando o controle das virtualidades, poderíamos analisar a junção entre violência e criminalidade. Para Foucault (2006) “[...] a classe no poder se serve da ameaça da criminalidade como um álibi contínuo para endurecer o controle da sociedade. A delinquência dá medo, e se cultiva esse medo” (p. 157). Surge a questão novamente: a que serve o medo? Poderíamos pensar o controle da sociedade a partir da idéia de *risco* como um dispositivo abstrato do poder no contemporâneo?

Observamos um grande apelo por mais prisões, mais policiamento e maior segurança. No Estado do Rio de Janeiro uma nova experiência vem sendo aplicada: a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que atua nos morros cariocas, objetivando “pacificar” as favelas (como se a violência fosse exclusiva desses espaços). Nesse processo de militarização das favelas o que já vem sendo observado é o fato de que os traficantes têm “descido” para a cidade devido à ocupação de seu espaço. Assim, a atuação militar está sendo eficaz ou pode estar deslocando a violência para outro lugar? De qualquer forma, a experiência é aplaudida e desejada em outros estados.

A mídia precisa ser convocada para a discussão dos fatores que fomentam a violência. É

²³ “O biopoder que antes era exercido em espaços fechados com a função de correção ou ortopedia, agora age de modo mais sutil, a céu aberto, interferindo diretamente na produção dos modos de viver, inventando novos modos de aprisionamento da vida” (ABREU, 2011). De acordo com a autora, a medicalização e a judicialização podem ser vistos como estratégias do biopoder no contemporâneo.

comum, após alguma notícia de violência em jornal impresso ou na televisão, as pessoas tecerem comentários como: “O mundo está cada vez mais violento”, “O homem está mais agressivo, a sua animalidade está crescendo”, “O caos impera pela violência”.

Pereira (2004) analisou os discursos sobre a violência e a criminalidade nos telejornais diários, apontando que a mídia atua no processo de produção de subjetividades, de verdades acerca da violência do mundo contemporâneo. Os estudos da autora sobre os veículos de comunicação apontam para a produção da noção do aumento da violência, fazendo, para atingir este fim, um recorte dos dados violentos: privilegiam a visão do “marginal” que ataca a sociedade. Segundo Pereira (2004) “A figura do marginal, do traficante procurado é forjada pelos veículos de comunicação de forma a atribuir a total responsabilidade pela violência a sujeitos individuais [...]” (p. 67). A autora afirma que os discursos sobre a violência veiculados nos telejornais diários contribuem para a crescente sensação de insegurança, reforçando os apelos sociais de justiça e força policial para aplacar a “crescente violência” noticiada.

Mais ainda, a mídia associa violência e juventude. Para Bocco (2009) “[...] os discursos da mídia continuam associando, de forma insistente, juventude, violência e pobreza como se o jovem de baixa renda fosse o grande motivo do medo tão característico na sociedade atual” (p.19). O adolescente pobre é visto como um perigo em potencial (de acordo com a necessidade de vigilância/controlar as virtualidades) e para tanto deve fazer parte e ser integrado a toda uma rede de proteção social, com programas direcionados a ele e sua família, numa forma de “salvá-lo”.

Alguns autores (LUNA, 2001; TASSARA, 2004; COELHO, 2007; TAVARES et al, 2009) analisam as práticas assistenciais dirigidas a crianças e jovens de setores sociais vulneráveis. Segundo Luna (2001) “[...] a estas crianças e jovens se direcionam uma quantidade de estratégias que, mais ou menos profissionalmente, pretendem reparar o dano conseqüente às diversas carências que eles sofrem” (p. 123). Ao analisar a visão e as ações voltadas a esse setor social, a autora fala da “apropriação”, “[...] tendência de se apoderar dos destinos das crianças. Isto é, manipular seu presente e seu futuro tomando decisões que não levem em conta seus desejos, sua história, sua identidade [...]” (2001, p. 123). Assim, as políticas públicas, diminuídas de sua potência pública, tendem a se apropriar da infância e da adolescência em *risco*, bem como de suas famílias, a fim de educá-los (cuidado e tutela como forma de controle social), para que se enquadrem no modelo de família e indivíduos “bons”, corretos e produtivos. Luna (2001) observa que a apropriação da criança e dos jovens não condiz com a garantia de direitos previstos no

ECRIAD, na medida em que não possibilita que eles e suas famílias sejam “protagonistas de suas vidas”.

Em muitos atendimentos realizados pela equipe do Programa LAC/PSC de Vitória era possível perceber que o adolescente (e sua família) havia passado por intervenções de programas públicos de várias áreas (saúde, assistência social, educação). Por vezes, as intervenções, que deveriam estar em consonância, formando uma rede de atuação e compondo fluxos que impulsionariam a potência de ação dos sujeitos, geravam na verdade, uma rede que – como uma rede de pesca – aprisiona, estagna. Acompanhamos alguns adolescentes que passaram por programas variados, mas que não tiveram suas questões solucionadas e os programas e profissionais pelos quais passaram, acabavam por culpabilizar o próprio adolescente e/ou sua família.

Adolescente em risco ou de risco? Proteção ao indivíduo ou proteção à sociedade em relação a este adolescente? Cuidar da infância e da adolescência para que não concretizem o que lhes é “destinado”: o ataque à vida dos que merecem viver? Dessa forma, parece-me que o adolescente atualiza/personifica o risco, ele **se torna o risco**.

O adolescente em risco vive o sentimento de que nada há para ele ou de que nada é “certo” para ele: a escola o acolherá? Haverá emprego para ele? A família terá dinheiro para o aluguel no final do mês? Haverá comida quando chegar a casa? Se tudo é incerto, a vivência do risco constitui seu modo de vida e a inserção no tráfico, entendido como conduta de risco, pode apontar uma tentativa desesperada e contraproducente de controle do risco. Compõe com o tráfico formas de lidar com a violência, a insegurança e o medo.

[...] o sentimento de que as condutas de risco talvez constituíssem, elas próprias, uma modalidade eficaz de resposta ao risco. Tratar-se-ia de antecipar o risco, de se apropriar dele, para melhor subjugar-lo. O engajamento de jovens favelados no narcotráfico, [...] ligado a essa familiaridade com o risco de que o cotidiano deles é fabricado (PERALVA, 2000, p. 126).

4 O QUE SE CONSTROI COM OS ESPECIALISMOS?

Investigar sobre juventude e infração é também questionar como o funcionamento do contemporâneo nos atravessa enquanto psicólogos, estudantes, pesquisadores, habitantes de uma cidade, sujeitos. É questionar o que costuma parecer tão óbvio, é desconstruir clichês quanto ao modo de ver as coisas e de viver no mundo (BOCCO, 2009, p. 13).

Foucault (2006) refaz o percurso de entrada da Psiquiatria Legal na cena judiciária. Relata um julgamento de um homem acusado de estupros e tentativas de estupro, ocorridos em Paris no ano de 1975. No tribunal, o acusado é indagado sobre o motivo de ter cometido os crimes, mais ainda, é requisitado a explicar sua existência, a falar de si mesmo. Para Foucault (2006), o sujeito é chamado a responder a pergunta: “Quem é você?” (p. 02).

De acordo com Foucault (2006), o que se requisita é uma confissão. Desse modo, quando se solicita a explicação dos atos e, mais ainda, o falar de si, de um reconhecimento de si mesmo, faz-se entrar em cena o saber psiquiátrico no âmbito penal no início do século XIX. Tal saber diz deste sujeito e diz “a verdade” dele. O autor relata vários casos de crimes que mobilizaram o saber psiquiátrico devido ao fato de que os criminosos não haviam apresentado nenhum sinal de loucura, nenhuma pista de seu comportamento, no que Foucault chamou de “grau zero de loucura”. A psiquiatria penetra, então, na área jurídica não para pensar os crimes associados à ideia de surtos, furor, loucura, mas para analisar crimes violentos praticados por sujeitos que não haviam dado sinal algum de “sua loucura”.

Traçava-se então a noção de “loucuras” que se manifestavam exclusivamente nos crimes, os “crimes loucos”, com a Psiquiatria moldando a ideia de sujeitos loucos que seriam diferentes dos simples criminosos. Ocorre assim o que Foucault denominou “patologização do crime”, com a psiquiatria tendo como campo de intervenção o corpo social, com a missão de higiene pública dos perigos sociais.

Os alienistas da época puderam discutir interminavelmente sobre a origem orgânica ou psíquica das doenças mentais, propor terapêuticas físicas ou psicológicas; através de suas divergências, todos eles tinham consciência de tratar de um **“perigo” social**, seja porque a loucura lhes parecia ligada a condições insalubres de vida (superpopulação, promiscuidade, vida urbana, alcoolismo, libertinagem), seja ainda porque ela era percebida como fonte de perigos (para si mesmo, para os outros, para o meio e também para a descendência, através da hereditariedade). **A psiquiatria do século XIX, pelo menos tanto quanto uma medicina da alma individual, foi uma medicina do corpo coletivo** (grifo nosso, FOUCAULT, 2006, p. 9-10).

A associação feita entre crimes violentos e loucura acabou justificando um movimento de saneamento da sociedade pela medicina e de punição legal como transformação individual. A produção da noção de “indivíduo perigoso”, ligada à loucura, mas também à

moral - formatação de um saber acerca deste indivíduo, que antes associava a periculosidade à loucura - passa agora pelo degenerado, pelo perverso, pelo delinquente - que recebe o rótulo de “perigoso”.

Entretanto, ao colocar cada vez mais no primeiro plano não apenas o criminoso como sujeito do ato, mas também o indivíduo perigoso como virtualidade de atos, será que não se dão à sociedade direitos sobre o indivíduo a partir do que ele é? Não mais, é claro, a partir do que ele é por *status* [...], mas do que ele é por natureza, segundo a sua constituição, seus traços de caráter ou suas variáveis patológicas. Uma justiça que tende a se exercer sobre aquilo que se é [...] (FOUCAULT, 2006, p. 24).

Nesse breve percurso histórico da entrada da psiquiatria no mundo jurídico, traçando a verdade dos sujeitos e falando dos perigosos, verificamos como um saber está ligado ao controle dos corpos e da vida. A psiquiatria e a medicina se tornaram campos férteis para a normalização de sujeitos, ditando regras de “vida mental e física saudáveis”, corpos e mentes “normais”.

A psiquiatria não foi o único saber que se “associou” ao direito. Coimbra et.al. (2009) colocam em análise a relação psicologia e judiciário. Os autores remetem ao próprio surgimento da Psicologia como campo de saber, influenciado pelo Positivismo e na busca de se tornar um “saber científico”. Saber que elege o homem como dotado de capacidades e potencialidades que lhe são naturais, uma natureza humana que caracterizaria todos os seres da espécie. Naturalizando a existência humana, tal saber define processos, estruturas e conteúdos universais à existência humana.

Para os autores, o saber psicológico (e o psiquiátrico) formatou a noção do que seria normal e patológico (fora da norma), construindo os patamares de normalidade e elaborando técnicas e instrumentos para disciplinar, formar e “curar”/“prevenir” comportamentos considerados desviantes e perigosos para o bem-estar social (COIMBRA et. al., 2009). Para os autores, a psicologia universaliza e psychologiza/privatiza o homem, enfatizando o caráter individual dos fenômenos psíquicos. Forja-se então uma psicologia científica, neutra e apolítica. Os autores alertam para o risco de a psicologia, no âmbito do judiciário, se ver aprisionada ao individual, serializando os sujeitos e privatizando/naturalizando questões que são também, sociais.

No período vivido como psicóloga do Programa (LAC/PSC), ao realizar atendimento

individual de um adolescente construindo com ele seu genograma²⁴ e reconstruindo sua história familiar, pudemos observar que vários de seus parentes homens (pai, tios, primos) haviam morrido com 14 ou 15 anos de idade. O adolescente concluiu, com o atendimento, que estava “no lucro” por estar com 16 anos e ainda estar vivo.

Podemos partir para explicações psicologizantes e/ou simplistas no caso descrito acima, afirmando que o adolescente possuía baixa expectativa de vida ou mesmo resignação com seu “destino”. A delinquência poderia ser pensada como traço comum à família ou à “personalidade” dos indivíduos masculinos que a compõem, etc. Em algumas práticas psicológicas vemos, ainda, outro tipo de naturalização, quando o *adolescente em conflito com a lei* é retratado como “buscando a morte”, arriscando-se no tráfico ou nas ruas, porque, na verdade, deseja a morte, numa espécie de pulsão de morte.

Analisar, para nós, é colocar em decomposição exatamente tais explicações “naturalizadas”, é algo que se faz a cada nova tentativa na vida, não havendo, portanto, teorias prontas que deveriam se “encaixar” na realidade, ou vice-versa. Torna-se importante colocar em análise o que aparece em sua fala, sem generalizar fenômenos. Percebemos que, na história familiar do rapaz, a morte naquela circunstância era vista como sendo “normal”, talvez pela vivência precoce com as mortes de familiares próximos ou de amigos e pessoas da comunidade. A morte era esperada pelo adolescente como um destino, como se fosse o caminho natural que o esperava e que ele estava conseguindo driblar, o que era visto como mérito pessoal, esperteza.

Em vários atendimentos realizados no Programa LAC/PSC, podíamos também observar nos adolescentes e jovens certo cansaço, um “peso” em viver, como se eles já tivessem vivido muitos anos além da idade cronológica. Comumente alguns membros da equipe comparavam suas experiências de vida com a dos adolescentes e teciam análises sobre como lhes parecia que os jovens tinham “vivido muito mais”. As interpretações não traziam necessariamente conotações qualitativas/negativas, falavam mais das experiências, dos encontros (bons ou não). Às vezes, nos atendimentos, os adolescentes traziam relatos de grande envolvimento com o tráfico e o significado para cada adolescente dessa relação era ora resignação, ora paixão, poder, medo, desejo de mudar de vida, de buscar outras maneiras de viver... Desse modo, era possível ver/sentir em

²⁴ Genograma é um modelo para o desenho da família, semelhante a uma árvore genealógica, que permite visualização dos membros familiares da pessoa entrevistada/atendida e suas relações. Contém dados variados como: estrutura da família, ciclo vital, padrões repetitivos através das gerações, padrões relacionais, dentre outros (CABRAL, et al., 2002).

alguns adolescentes a busca por reconhecimento e uma grande vontade de experimentar a vida. Nesses momentos, cabia à equipe compor com os adolescentes, vivenciar outras e novas maneiras de viver, gerar potência de vida. Cabia à equipe? De que forma(s)?

Falar das práticas construídas no Programa LAC/PSC de Vitória, do qual participamos como equipe de trabalho, parte de um lugar, de uma maneira de atuar que se acredita vinculada a uma ética. Não se trata de fazer análise do Programa, dos profissionais que o compunham, mas das práticas e dos encontros travados nele e das marcas que ficaram a partir desses. Importante também colocar em análise o lugar de especialistas que ora ocupávamos. O que produziam nossos discursos e práticas?

Colocando em análise as práticas construídas no Programa LAC/PSC, vemos a demanda por gerar potência de ação, compor bons encontros e por outro lado, uma demanda (ordenada) por uma prática sem envolvimento, sem vínculo, asséptica e neutra. Esta se estabeleceu notadamente em relação à Psicologia: “Não é tratamento, não é terapêutico, não é clínica...” Prática apolítica? Era o quê? De que forma um psicólogo deve agir? De que forma fugir? Que novas formas ousar propor?

Falamos aqui de uma ética a ser construída, de uma forma de ser e se fazer psicólogo(a).

Para Coimbra e Nascimento (2001), na construção do “fazer acadêmico” difundiu-se que o objetivo de todo saber caracterizado como ciência era a busca pela verdade, remontando ao início da psicologia como campo de saber. O profissional-pesquisador buscava neutralizar e controlar todas as variáveis a fim de construir hipóteses/verdades que pudessem explicar cada fenômeno físico ou social. O lugar ocupado pelo pesquisador caracterizava-se então pela neutralidade e isolamento do campo estudado. A Psicologia, como campo de pesquisa e prática, compactuou com tal premissa de verdade do saber. O psicólogo, quando ocupa o lugar do saber, do suposto-saber ou da verdade, atende à demanda de institucionalizar papéis, privatizar e individualizar questões, psicologizando o homem e retirando o contexto sócio-histórico de cada acontecimento e a possibilidade de análises. Assim, historicamente, saberes como a Psicologia e a Medicina construíram conceitos como infância, adolescência e família, tomando-os como naturais e parte de uma essência humana.

Para além da teoria, a prática de tais saberes baseou-se em normas e diretrizes que atendessem interesses de controle e prevenção de desvios. A formação de especialistas veio ao encontro da demanda de estabelecer parâmetros de normalidade e enquadramentos de possíveis. Pretendemos, neste trabalho, propor novas formas de pesquisar e atuar profissionalmente, colocando em análise a visão hegemônica de uma

Psicologia/ciência neutra e distante, asséptica, portanto apolítica. Pretendemos lançar um olhar sobre as formas de pensar as práticas produzidas no cotidiano, sobre as forças e os fluxos que nos permeiam e constroem subjetividades, buscando os acontecimentos e encontros que produzem por sua vez novos modos de vida. Propomos a desconstrução da verdade e a invenção de novos possíveis, numa perspectiva ético-política comprometida com a abertura do campo sensível como produção de plano de passagem entre territórios existenciais.

Falamos da atuação do psicólogo como estrategista da vida²⁵, que visa construir, com os jovens, potência de ação, construir com eles a possibilidade de habitar sentidos. Um projeto de vida que faça sentido para eles, não negando o sofrimento e as dificuldades. Enfatizamos que não se trata aqui de colocar os adolescentes que cumprem medida socioeducativa como vítimas (do sistema, da sociedade) ou vilanizá-los, compactuando com a visão determinista de que estão fadados ao fracasso ou ao crime. Segundo Coimbra e Leitão (2003): “Trata-se de afirmar as potências, as diferenças, as multiplicidades e possibilidades finitas e ilimitadas do homem, da sociedade, da psicologia e da política. Aposta na produção de “verdades” sempre provisórias, [...], nas “paixões alegres”, [...]” (p. 5).

Um dos caminhos possíveis para pensar e repensar nossas práticas e os especialismos que as permeiam é colocar em análise nossa implicação nos processos produzidos no Programa LAC/PSC.

A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas diferentes intervenções. Dentro de uma visão positivista que afirma a objetividade e a neutralidade do pesquisador, as propostas da Análise Institucional tornam-se, efetivamente, uma subversão. Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades - consideradas absolutas, universais e eternas - seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam é romper com a lógica racionalista presente no pensamento ocidental e, em especial, na academia (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p.29).

Desafio cotidiano, na medida em que sentimentos e percepções são considerados antagônicos a uma postura profissional, principalmente em relação à pesquisa. No entanto, pensar o “lugar psi” como lugar de escape ao especialismo e à busca da verdade única e inequívoca de um “sujeito” deve trazer à tona e à cena “as pertenças, as referências, as motivações, os investimentos libidinais sempre produzidos nos encontros, nas relações, na história” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 30).

²⁵ Termo utilizado por Maria Elizabeth Barros de Barros na exposição de seu Memorial, como parte integrante do concurso para o cargo de Professor Titular do Departamento de Psicologia da UFES, em 2009.

Coimbra e Nascimento (2007) abordam que ao desafio da análise da implicação, soma-se a sobreimplicação pensada como “[...] a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto” (p. 27). Dificuldade de se colocar em análise as multiplicidades, as instituições presentes nas práticas. Dificuldades e desafios constantes nas práticas presentes no Programa LAC/PSC e, de forma geral, nos serviços das políticas públicas. Nos vemos “atolados” em trabalho, diagnósticos, formulários, no ativismo de nossas práticas e nos justificamos pela falta de tempo e autonomia para propor análises e reformulações/mudanças. Assim, às vezes, fazemos “somente” o que nos cabe e nos é designado. O que se propõe é:

A estratégia de pensar a sobreimplicação como uma construção histórica, em que todas estas questões estão presentes e possíveis de serem mudadas, afirma uma proposta que aposta também nas linhas de fuga, na possibilidade de experimentar, transformando a nós e ao mundo” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 36).

4.1 O que se tem construído com a Psicologia do Desenvolvimento?

O tempo, já que ao tempo e que ao destino
Se assemelham os dois: a imponderável
Sombra diurna e o curso irrevogável
Da água que prossegue o seu caminho.
Borges

Dentre às áreas de conhecimento da Psicologia, abordaremos a Psicologia do Desenvolvimento em nossas análises, como contraponto fundamental ao que propomos como campo ético-político de invenção de possíveis e às análises de nossa implicação, de nossas práticas presentes nos programas voltados para a infância e a adolescência.

Grande parte do conhecimento no campo da Psicologia do Desenvolvimento está embasada na concepção de homem como indivíduo naturalmente imerso num processo de desenvolvimento linear e determinado. Para esta abordagem, o tempo tem uma dimensão individual (cada indivíduo interpreta os acontecimentos de acordo com seu modo de pensar) e uma dimensão social (divisão em fases distintas e os comportamentos pertinentes a cada fase). Para os estudiosos do desenvolvimento é importante descrever as mudanças ao longo da vida dos indivíduos e determinar os fatores, os processos e os mecanismos responsáveis por tais mudanças (SALUNI, 1993).

Assim, o objeto de estudo do campo Desenvolvimentista na Psicologia são as mudanças no comportamento do indivíduo ao longo de sua vida, na sua ontogenia. Para tanto,

partiu, a princípio, de dois eixos explicativos: fatores genéticos/inato/predisposições e fatores ambientais/aprendizagem. Posteriormente, adotou a concepção interacionista, com os fatores genéticos atuando em resposta ao ambiente e os fatores ambientais agindo sobre uma estrutura já existente (BEE, 1996).

O ser humano seria então capaz de agir/interagir com o meio, porém de acordo com um repertório (inato) de comportamentos e capacidades. Passaria por fases e/ou estágios, de sequência determinada, conforme descrevem Freud com a psicanálise, Piaget com a teoria cognitivo-desenvolvimental, Erikson, com seus estágios psicossociais, dentre outros.

Seja priorizando a programação genética, ou a aprendizagem, ou o inconsciente, ou a adaptação do ser humano ao ambiente, a Psicologia do Desenvolvimento parte de uma mesma concepção de homem:

Pensa o desenvolvimento do homem de forma apriorística, isto é, concebe um percurso linear e evolutivo, um destino para o desenvolvimento das capacidades psíquicas e acompanha este trajeto, verificando se as condições sociais e ambientais dadas estão facilitando ou não o “desabrochar” de algo que é natural. Há um homem “pronto” dentro de cada um de nós, como uma semente que tem seu desenvolvimento já potencialmente determinado (COIMBRA, et.al., 2009, p. 27).

Os princípios dessa abordagem fundamentaram uma prática que visa à normalidade e trabalha com a ideia de “formação” da criança e do adolescente, de uma linearidade que deve acontecer para a criação de um adulto saudável e completo. A concepção de criança e de adolescente como seres *em formação* é balizadora do ECIAD e os programas das políticas têm utilizado também esse discurso do “em formação”, “em desenvolvimento”²⁶ para justificar intervenções a fim de concretizarem o ideal de “adulto sadio físico, mental e moral”.

A adolescência é vista como um campo aberto, desse modo, em nome de um “bom desenvolvimento”, diversos programas e políticas públicas são criados para modelar um caminho restrito, o denominado correto.

Um conceito utilizado em consonância com o de desenvolvimento é o de circunscritor. Para Silva, Rosseti-Ferreira e Carvalho (2004), o desenvolvimento é baseado no movimento de abertura/fechamento de possibilidades, pois o ser humano experimenta o mundo, interage com/sobre ele, mesmo que tal experimentação seja restrita às suas potencialidades inatas/individuais. Os autores utilizaram o conceito de *constraint*, traduzido para **circunscritores**, que “[...] tem sido usado para tratar daqueles fatores que

²⁶ Colocamos em análise o conceito de desenvolvimento como universal, entendendo que é um conceito historicamente construído, ainda que naturalizado pela psicologia e pelas práticas psis.

simultaneamente *compelem ao e limitam o* desenvolvimento humano” (2004, p. 81).

O conceito de circunscritores, apesar de conceber o dinamismo e agenciamentos na relação indivíduo-meio, remete ao desenvolvimento delimitado por margens que forçam as “águas do rio” a se manterem numa trilha específica e a não saírem do leito. Como ferramenta conceitual, os circunscritores seriam os analisadores das trajetórias de vida dos sujeitos. E, novamente, como ferramenta, instrumento construído para auxiliar na análise do desenvolvimento humano, os circunscritores apontam para o fato de que os elementos ou os encontros travados ao longo da vida são variáveis, não são estáticos, ainda que haja os caminhos corretos (sadios/normais) a seguir. Por meio da descrição do trajeto de vida de cada indivíduo, poderíamos extrair os seus circunscritores, compreendidos como aquilo que permitiu, ou favoreceu, ou interrompeu o percurso trilhado. As autoras citam duas histórias (de Juan e de Salvador, ambos pobres e imersos em atividades ilegais), cujas análises serviram-se dos circunscritores como ferramenta conceitual. Escapando de referenciais que utilizam a associação determinista entre violência/criminalidade e pobreza, analisam que os dois sujeitos expressam “[...] um processo de circunscrição em que se fazem presentes vozes sociais construídas em diferentes momentos e contextos da sua história social e pessoal” (2004, p. 88). Desse modo, o processo de circunscrição produziria modos de vida... Porém, afirmam que, mesmo que haja mudanças na trajetória de vida dos indivíduos, “[...] não é qualquer construção que pode ser feita” (idem, p. 90).

Acreditamos que muitas vezes, em nome da formação e da proteção, os programas e as práticas dos profissionais que neles atuam, circunscrevem sim um caminho, pensado como sendo o “correto”. A partir das análises de Foucault, problematizamos tal caminho: a que ou a quem serve? É correto (ou o melhor) para quem? Assim, procuramos dar visibilidade à ocorrência dos desvios, pois sempre há escapes - o que veremos mais adiante...

Foucault não trabalha com a noção de desenvolvimento exatamente porque essa está impregnada da ideia de progresso, de linearidade. O autor aposta na vida como um processo sempre de diferenciação – estética da existência, ou seja, “a vida como uma obra de arte”. Diferentemente do caminho finalista em que acreditam as teorias de desenvolvimento, pensa na crítica e na resistência como linha de fuga para o determinismo e os processos de normalização.

Faremos uso, de forma crítica, do conceito de circunscritores, como ferramenta capaz de colocar em análise os especialismos que atravessam os programas e as políticas públicas

de atendimento às crianças e aos adolescentes pobres e marcam “o caminho” a ser seguido por aqueles, “compelindo e limitando” os processos de subjetivação.

5 O ESTADO GOVERNAMENTALIZADO

Fica difícil continuar vendo crianças (quem ainda consegue?), pois tudo insiste para que vejamos criminosos em potencial (Bocco, 2009, p. 12).

Em Foucault (2003), vemos o questionamento sobre os problemas da população, que o autor remeteu aos problemas do governo, numa chamada “história da governamentalidade”. “Como governar-se a si mesmo?” Problematizava o autor, como governar uma população, uma família, as crianças? Analisando o que denominou de “artes de governar”, que extrapola tratados, manuais e conselhos, Foucault trata da problemática de como ser governado e governar, do poder sobre o território e as pessoas.

Citando “*O Príncipe*”, de Maquiavel, obra que discorre sobre os princípios de governar, Foucault contrapõe o governo único (um governante) e a pluralidade das práticas de governo, como as exercidas pelo pai de família, o professor, um superior. Para o autor, existem três tipos de governo: “[...] o governo de si mesmo, referido à moral; a arte de governar uma família como se deve, referida à economia; enfim, a ciência de bem governar o Estado, referida à política” (2003, p. 287).

Segundo o autor, para governar o Estado, é preciso saber governar a si próprio e a sua família, bens e domínio. Se um Estado é bem governado, a família, os pais e os indivíduos também serão bem governados, num movimento ascendente (eu, família, Estado) e descendente (Estado, família, propriedades, eu). A este movimento do Estado para o indivíduo, que repercute nas condutas dos indivíduos e da família, Foucault chamou de “polícia”.

Governar um Estado será, então, lançar mão da economia, uma economia no nível do Estado todo, quer dizer, ter para com os habitantes, as riquezas, a conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família para com os familiares e seus bens (FOUCAULT, 2003, p. 289).

Traçando o percurso histórico do poder soberano, período de submissão absoluta, passando à função do governo de gerir as relações entre homens e as coisas, passou-se

da família para a população. Segundo o autor, houve a inversão da família: de modelo para instrumento (quando se quer algo da população, age-se sobre a família).

Mais do que governar as riquezas, o governo passa a ter como objetivo governar as populações, que se tornam sujeito das necessidades e objeto, sendo direcionadas quanto ao que fazer e das maneiras de como agir. Trata-se de uma gestão da população e dos indivíduos, “[...] geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe” (FOUCAULT, 2003, p. 302).

Para Foucault (2003), não ocorre uma substituição do poder soberano/sociedade de soberania para o disciplinar/sociedade de disciplina e depois para a sociedade de governo/gestão governamental; fala-se de uma coexistência que tem por foco e objetivo gerir os sujeitos e seus modos de vida, num “exercício de exploração da vida” (PASSOS; BARROS, 2004).

Entendendo governo como técnicas e procedimentos que se destinam a dirigir a conduta dos homens, passamos do corpo/indivíduo, como objeto e sujeito das estratégias do poder disciplinar, para o corpo coletivo das populações, como sujeito e objeto dos mecanismos de regulação sobre os processos da vida. Gestão das formas de viver, da saúde, da segurança, da vida em seus mais ínfimos detalhes. Gestão da “vida como objeto de governo” (FONSECA, 2008).

Assim, podemos pensar nas práticas, instituições e saberes, que gerenciam a vida, produzindo formas de viver, formatando processos de subjetivação que conduzem a subjetividades moldadas de acordo com os interesses do mundo capitalístico contemporâneo. Bem viver, saúde, medicalização, judicialização, individualização, máximas atuais que falam desta economia dos corpos. Assim como falam também dos mecanismos de segurança frente à violência disseminada e, mais especificamente, a violência associada à juventude pobre.

Os mecanismos que direcionam as “formas de viver” formatam práticas que produzem indivíduos dentre as suas estratégias. Produzem também políticas e modos de atuação com os sujeitos, principalmente os que são considerados “vulneráveis” ou em “risco”. Neste trabalho, objetivamos colocar em análise as práticas presentes nos programas das políticas públicas destinadas ao ACL na tentativa de evidenciar processos em curso que produzam subjetividades criminosas²⁷ ou que, operando pelo desvio, favoreçam a potência de ação.

²⁷ Para Tavares (2009), as subjetividades criminosas derivam dos processos de subjetivação contemporâneos, atravessados pelos dispositivos do medo, da insegurança e da violência.

6 CAMINHO METODOLÓGICO

“Em Junín ou em Tapalquén contam a história. Um garoto desapareceu depois de uma irrupção de índios; foi dito que os índios o roubaram. Seus pais procuraram-no inutilmente; ao cabo de anos, um soldado que vinha do interior lhes falou de um índio de olhos celestes que bem podia ser seu filho. Por fim, deram com ele (a crônica perdeu as circunstâncias e eu não quero inventar o que não sei), e acreditaram reconhecê-lo. O homem, trabalhado pelo deserto e pela vida selvagem, já não sabia ouvir as palavras da língua natal, mas se deixou conduzir, indiferente e dócil, até a casa. Ali se deteve, talvez porque os outros se tenham detido. Olhou para a porta, como sem entendê-la. De repente baixou a cabeça, gritou, atravessou correndo o saguão e os dois longos pátios, e meteu-se na cozinha. Sem vacilar, afundou o braço na enegrecida chaminé e tirou a faquinha de cabo de chifre que ali escondera quando pequeno. Seus olhos brilharam de alegria e os pais choraram por terem encontrado o filho.

Talvez a essa lembrança outras se tenham seguido, mas o índio não podia viver entre paredes e um dia foi procurar o seu deserto. Eu queria saber o que ele sentiu naquele instante de vertigem em que o passado e o presente se confundiram; queria saber se o filho perdido renasceu e morreu naquele êxtase ou se, pelo menos, como uma criatura ou um cão, conseguiu reconhecer os pais e a casa” (BORGES, 1984).

Acompanhando a narrativa de Borges, somos capturados pelo desejo de saber sobre a história do garoto, se índio ou não, cativo, capturado pela cultura indígena, mas com memória de sua “outra” vida. O autor nos leva pelos caminhos do passado revivido no presente, e nos faz querer saber mais, nos faz mergulhar na vida do garoto, nos seus sentimentos, em toda sua intensidade.

Neste percurso fomos também “capturados” por este querer saber, e nos propomos a mergulhar em intensidades...

6.1 O Caminhar

Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino,

y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar.

Antonio Machado

"Caminheiro não há caminho. O caminho se faz a andar." Após a qualificação, coloquei-me a caminhar, com os ruídos, dizeres, os caminhos apontados e os caminhos que esperava abrir.

Vi-me novamente capturada pelo risco, pela idéia de risco. Pensando e buscando estratégias de como entrar em contato com os adolescentes, como “articular” com eles...

Ao fazer a primeira entrevista, indagações povoam minha mente: que lugar habitar? O que fazer com a demanda de atendimento/apoio – ser psicóloga? O que é este lugar de pesquisadora? Não quero ser dura, não quero me aprisionar a um lugar...

Refaço caminhos... Não há caminhos certos, procuro percursos para saber por onde andam alguns adolescentes... Por que não ir até eles? O há “de fato” perigo retorna. Há risco? Palavras de ordem se impõem: não romantizar, mas também não ir no ritmo desenfreado da produção de violência em tudo e em todos.

Um caminho surge: um jovem que procuro está preso. Turbilhão de análises e pensamentos. Em todo o caminho percorrido no Programa o que fiz por ele? Eu? É pessoal? Eu, psicóloga? Eu, como funcionária de programa de assistência social, programa de MSE, programa de proteção à infância e juventude? Políticas públicas de proteção, intervenção ou controle?

Todas as questões formuladas antes do campo se corporificam: não é o caso de buscar culpados neste ou em outros “casos”, mas sim o que produzimos na vida do adolescente atendido no Programa e que hoje está preso. Geramos potência de vida ou apenas ficamos como espectadores de uma vida?

Pensar no jovem preso é pensar num fracasso de atuação do programa ou da atuação psi? Não porque ele está detido, mas porque não produziu movimento de ação, não produziu acontecimento em sua vida... Mas o que seria vitória, sucesso na atuação? Ele estar trabalhando, estudando... Ele tem uma natureza criminosa?

Refazer sua história não para achar sinais de criminalidade e indícios/fatores de risco, mas para refazer uma vida, traçar sua história e fazer análises sim, mas das políticas públicas e das práticas dos especialistas que nelas atuaram e atuam.

No percurso surgiu outro caminho possível: ir ao encontro de outros psicólogos e profissionais que trabalharam com os adolescentes nas diversas equipes da rede de assistência social. “Convocar” ao encontro para juntos fazermos análises de nossas implicações, não para traçar diagnósticos, falhas, faltas, nem achar culpados quando “não deu certo”. Convocar ao encontro para vermos o que produzimos, habitando o lugar de “Público” nas políticas de assistência social: possibilitamos pensar outros modos de vida para os meninos e meninas que atendemos?

O período vivido como psicóloga do Programa LAC/PSC proporcionou trocas importantes com os adolescentes atendidos, seja nos atendimentos, nas atividades desenvolvidas ou mesmo nos intervalos, nos lanches, na entrada e na saída... Naquela época, habitava o sentido de ser psicóloga e penso que esta pesquisa é fruto dos encontros e trocas vivenciados naquele lugar.

Na ocasião, participei também de uma série de entrevistas com alguns adolescentes que cumpriam medida. Tratava-se de uma pesquisa de uma das gestoras do Programa que me convidou a conduzir as entrevistas (semi-estruturadas), que foram gravadas em áudio e vídeo. As perguntas versavam sobre assuntos como escola, origem familiar e infância. O desejo de conhecer os adolescentes, que já estava presente, ficou mais aguçado com as entrevistas, visto que era perceptível que havia ainda mais a ser dito ou mais a ser ouvido. Assim, parte daquelas entrevistas será utilizada na construção das trajetórias de vida dos meninos entrevistados para a presente pesquisa.

Desde as entrevistas realizadas no Programa e ao longo da minha experiência percebo que o *adolescente em conflito com a lei* não era ouvido.

O desejo era ter acesso ao universo desses meninos para reconstituir, da forma mais direta possível, suas histórias de vida e transpor os limites das teorizações, avançando além das leituras realizadas. Os trabalhos consultados limitavam-se, em sua maioria, a explicar essa realidade a partir do ponto de vista do pesquisador. A participação direta dos sujeitos históricos era mínima e resumia-se, geralmente, a respostas a questões pontuais, que buscavam apenas justificar as interpretações dos pesquisadores (BANDEIRA, 2002, p. 19).

Ouvi-los para, no plano coletivo, produzir sentidos nos processos que os compõem, não para “desvendar sua verdade” ou para fazer “retratos de uma realidade” (meras descrições estatísticas que objetivam construir perfis e padrões de comportamento que irão compor regras de interagir e maneiras de “curar” a virtualidade punível do ACL). Mais do que dar a voz ao adolescente, torná-la “audível”, nos momentos e espaços em que ela não se faz ouvir, compor com eles as possibilidades e a liberdade de falar e viver o acontecimento.

Entendendo que a investigação é sempre intervenção, produção de mundo, objetivamos produzir sentidos no encontro com jovens que passaram pelo Programa LAC/PSC, a partir da utilização da técnica de depoimentos de história de vida, pautada na metodologia da *História Oral*. Apostamos na técnica de entrevista como práticas discursivas em oposição ao “discurso” pronto, o que representa produção de sentidos. Segundo Spink (2004), as práticas discursivas são expressão de uma variedade de produções sociais (ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos) e possibilitam entender a produção de sentidos no cotidiano (dar sentido aos eventos do cotidiano, numa prática social, que implica a linguagem). A autora afirma que a linguagem e qualquer fenômeno social podem ser vistos a partir das regularidades, porém propõe a entrevista como a ruptura com o habitual, uma vez que pode levar o entrevistado a refletir sobre algo nunca pensado, “podendo gerar práticas discursivas diversas”, “linguagem em ação”, convocando-o a momentos de ressignificação, de produção de sentidos.

Guareschi et.al. (2007), em estudo sobre a produção de sentidos sobre as situações de vulnerabilidade social, ressalta o papel da linguagem na significação das experiências do cotidiano:

A produção de sentido e as práticas discursivas são relevantes na medida em que visibilizam a importância da linguagem no processo de interação social, visto que é por meio dela que as pessoas significam suas práticas (GUARESCHI et.al., 2007, p. 22).

Pensamos em utilizar a história oral, como na concepção de Delgado (2006, p. 16): “[...] a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico”. A autora concebe a história oral como uma forma de trazer “[...] o passado espelhado no presente e a reprodução da dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos” (2006, p. 16). Os acontecimentos, os sentimentos, as emoções vividas, podem ser registrados através da história oral e serem ressignificadas pelas emoções do (no) presente.

Utilizamos nesta pesquisa depoimentos de história de vida, que, segundo Delgado (2006), são “[...] depoimentos aprofundados e, normalmente, mais prolongados, [...] que objetivam reconstituir, através do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado sujeito” (p. 21).

O desafio se colocava na medida em que buscávamos depoimentos de história de vida não na perspectiva de apenas ouvir e retratar um passado revivido no presente, mas de convocar a uma produção de sentidos, “produzir” no encontro com o entrevistado, o acontecimento e a liberdade de criar e recriar sua história.

Ressaltamos que o lugar de pesquisador foi colocado em análise durante o processo de pesquisa, num processo permanente de análise da implicação. Entendemos aqui o pesquisador não como ocupante do lugar de neutralidade, mas sim do espaço ético, presente nas relações estabelecidas entre pesquisador e entrevistado, vistos como integrantes da produção de conhecimentos, “verdades” e realidades múltiplas.

Assim, buscamos também nas entrevistas romper com o discurso sobre o *ACL*, que envolve a idéia de perigo, marginalidade, risco, etc., para dar passagem aos acontecimentos da trajetória de vida dos jovens por meio das práticas discursivas. A proposta com as entrevistas foi de convocar o adolescente a buscar novos sentidos a serem habitados.

Guiamo-nos por Lobo (2004), que nos apresenta o **sentido** como sendo o acontecimento, o rompimento com as práticas estabelecidas, com as verdades institucionalizadas. Habitar o sentido é, por assim dizer, experienciar a passagem, a borda, os movimentos de diferenciação. Habitar o sentido para poder construir²⁸ novos modos de vida, novas formas de estar, de sentir, de fazer...

Além das entrevistas realizadas no Programa LAC/PSC, buscamos cartografar o percurso vivido naquela época, relatando alguns atendimentos realizados no Programa, refazendo o processo vivido com três adolescentes, reescrevendo suas trajetórias de vida.

Entendemos cartografia como aponta Barros e Kastrup (2009), “um acompanhar processos”, “desenhar um campo problemático” e não recortar e apresentar um objeto. Assim, buscamos a abertura ao encontro, ao novo, levando em conta nossa implicação no processo, nossa afetação às ressonâncias do campo em nós.

[...] o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças. O desafio é evitar que predomine a busca de informação para que então o **cartógrafo possa abrir-se ao encontro** (grifo nosso, BARROS; KASTRUP, 2009, p. 57).

6.2 O caminho se faz ao andar: encontros no caminhar

Crise. Pedras no caminho... Por que ir ao encontro? Refazer a história? Estou na memória dos jovens? Ou só eles na minha?

²⁸ “Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos” [...] (HEIDEGGER, 2010, p. 128). Para Guidoni (2011), “O significado de habitar de Heidegger, nos remete ao modo como o homem se relaciona com o mundo. Ao habitar o mundo, o homem constrói sua história, seus sentidos, diferentemente do uso em nosso cotidiano” (GUIDONI, 2011, p. 17).

Por enquanto, tinha a expectativa de estar com um (ex) adolescente com quem tive muito contato no Programa LAC/PSC e que soube notícias de que estava preso.

Recordo-me, então, de uma adolescente que atendi no Programa e que, provavelmente, mantém-se na rede de assistência. Ligo para a antiga gerência do LAC/PSC, agora responsável pelo CREAS²⁹, buscando os telefones da adolescente. A afirmação da gerente confirma um caminho, já que afirma ser muito importante refazer a história da adolescente (apenas não apontamos para os mesmos motivos para a procura) “*porque ela “deu certo”*”. Em contato com a coordenadora do CREAS, a mesma, se disponibiliza a procurar no “arquivo morto”³⁰ (sic) a ficha com os dados da adolescente. Arquivo morto? História morta? Como pode sua história estar tão viva para mim e “morta” para uma política pública? Uma certeza: as histórias e as vidas se perdem se não forem contadas e escritas...

Enquanto tentava contato com os dois adolescentes, fui procurada pela mãe de um jovem que havia atendido no programa, com um pedido de ajuda, pois ele era acusado de agressão à companheira, com possível enquadramento na Lei Maria da Penha³¹, fato que segunda a mãe, o deixara muito perdido e angustiado.

O que compor com uma história morta, um preso e um “agressor”? Nada, se fosse apenas isso. Recuso-me a aceitar que o caminho se fecha aqui... Lembro do primeiro atendimento com a adolescente citada, na garagem do Programa. Apesar da pose de durona, na defensiva, já se podia ver um paradoxo: uma doçura e uma intensidade, uma força, tudo coabitando naquele momento.

Morte, sim. Vivenciamos a morte concreta de alguns adolescente atendidos e a “morte da alma”, vista nos olhos de alguns que atendi. Morte da vida e do brilho nos olhos do adolescente, quando fez 18 anos e foi para a rua, por “se tornar adulto”. Perda da juventude, assim, de repente? Perda da inocência? E em decorrência da vida nas ruas, o abuso de drogas, abuso da vida?

²⁹ O Programa LAC/PSC agora faz parte do CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, como um dos programas inseridos neste sistema.

³⁰ Os arquivos com os prontuários dos adolescentes atendidos pelo Programa LAC/PSC estão agora arquivados para uso, ou não, dos CREAS.

³¹ Batista (2007) coloca em análise o poder punitivo do Estado Previdenciário para o Estado Penal neoliberal. Para o autor o uso alternativo do poder punitivo pode ser visto como estratégia emancipadora das opressões, no caso, violência doméstica. A Lei Maria da Penha, segundo a autor, teve como efeitos: a promoção de debates a respeito da violência doméstica (neutralizados pela ênfase na intervenção punitiva); questões privadas passaram a ser de domínio público; contribuição nos processos de encarceramento, criminalização da pobreza, demanda por punição e maior rigor aos crimes.

O que estas três vidas têm em comum? Foram ACL, se tornaram ACL pela passagem pela justiça...

E o que podemos propor, nós como comprometidos com a ética do viver? Talvez análises destes processos, de nossas implicações e assim, convocar a novas formas de vida, no encontro, acreditando na possibilidade de habitar sentidos.

O campo começa a se fazer, surge um novo/velho caminho: usar as imagens e falas geradas na pesquisa realizada quando ainda era psicóloga do LAC/PSC. Torna-se necessário colocar em análise minha relação com o “campo”. Percebo que fico “de fora” do campo, ainda não mergulho, estou apenas vendo o campo de análise.

Com o caminhar, o campo, a pesquisa, a pesquisadora foram sofrendo interferências do/no caminhar... Numa tentativa de colocar em análise o caminhar, construímos um diário de campo³² com os afetos, os incômodos, as ressonâncias dos passos na medida em as pedras apareciam ou outros caminhos se abriam. Este trabalho é o relato de algumas das histórias vividas por esta caminhante...

6.3 Uma história, várias histórias

Antes de contar as histórias de vida de três adolescentes atendidos no Programa LAC/PSC, pensamos ser importante refletir sobre o ato de “contar histórias”. Chimamanda Ngozi Adichie³³ (2009), uma escritora nigeriana, nos alerta sobre o perigo de se ter uma única história sobre os fatos e que somos muito impressionáveis e vulneráveis ao que ouvimos. Construímos uma realidade a partir do que nos é contado.

A autora conta sua própria vida e como foi influenciada por uma única versão de fatos que a permeavam. Para exemplificar, cita a surpresa ao se deparar com a capacidade de produção da família de um empregado que trabalhava em sua casa. A mãe de Adichie sempre falava da família pobre do empregado, da falta de alimentos e condições, inclusive incentivando-a fazer doações, a fim de amenizar a situação de pobreza. Quando a autora visitou a casa do empregado ficou surpresa com a produção de cestas que a mãe do mesmo fazia, além de outras características da casa e da família. Assim, Adichie percebeu que havia feito uma construção daquela família e da pobreza, como sem possibilidades, a partir somente do relato da mãe.

³² Para Lourau (1993) a técnica do diário de pesquisa “não se refere especificamente à pesquisa, mas ao processo de pesquisar” (LOURAU, 1993, p. 51).

³³ Palestra proferida pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2009).

A surpresa de Adichie me fez lembrar uma passagem que também vivi como mãe: ao “educar” minha filha sobre as diferenças, sobre a importância de dar valor ao que se tem, de comer tudo sem reclamar, pois muitos são pobres e não tem o que comer (conselhos herdados de minha avó), vi-me numa encruzilhada quando ela me questionou, após ver alguns moradores de rua, do motivo pelo qual eles estavam rindo, já que eram pobres e nada tinham. Naquele momento me dei conta de que estava produzindo a imagem de que todo pobre é infeliz, porque nada tem e que não havia saída para a pobreza, vista então quase como um mal. Como a autora cita, produzia “uma arrogância bem intencionada, piedade”.

De acordo com Adichie, em relação à África, muitas pessoas têm somente uma visão: negros, miséria e catástrofes. Denuncia que o mesmo acontece com os mexicanos e os imigrantes de forma geral nos EUA. Podemos dizer que foi o que aconteceu com os índios no período de descoberta do Brasil (índios são selvagens, indolentes e preguiçosos) e atualmente ainda acontece com os índios, os negros, os pobres e moradores de rua. Ao citar sua vida, se implica e exemplifica como devemos nos atentar ao fato de que se contarmos a história da vida de alguém de uma única forma podemos provocar uma visão limitada e preconceituosa, uma única versão de uma história. “A única história cria estereótipos”, diz a autora. O estereótipo fala de uma incompletude do sujeito, não o define como um todo. A autora relaciona contar histórias com poder, que determinaria quem pode e de que forma se pode contar a história de um povo ou pessoa. “Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa”. Para ela, se contarmos a história de alguém ou de um povo, repetidamente, de uma única forma, ele se tornará aquilo, passará a acreditar e viver daquela forma. Do mesmo modo, contar somente as experiências negativas seria uma superficialização da vida, uma forma de reduzi-la, ignorando as riquezas das experiências.

Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. [...] Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma única história, sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso (ADICHIE, 2009).

A fala da escritora nigeriana me emocionou como me emocionaram as histórias que ouvi e vivi nesses alguns anos que tenho... Arrisco-me a dizer que estamos neste desafio de contar e recontar histórias, de várias formas, não visando desvendar verdades e uma única história, fiel/fidedigna. Quando ouvi Adichie falar, é como se falasse por nós (por

mim), quando tentamos falar do adolescente em conflito com a lei, que, dependendo da forma como sua história for contada, vira menor infrator, delinquente, ladrão, marginal, ou vira alvo de políticas, que às vezes, também não conseguem ouvir e partilhar suas histórias.

Tentamos, com a História Oral, “aprender um pouquinho” sobre as vidas que nos propomos a partilhar, tal qual cita Rodrigues et.al. (2009) ao se referir à Portelli. Para os autores, o que se estabelece é um aprendizado dialógico e não um estudo do objeto. Se colocar na pesquisa, se dispor, estar aberto ao diálogo, ao encontro, ao aprendizado.

Fomos então ao (re)encontro de três adolescentes (agora jovens) atendidos no Programa LAC/PSC, a fim de no diálogo, através da técnica de “trajetória de vida”, cartografar suas formas de viver, ver e sentir o mundo. Mais do que relatar ou dar voz, buscar o acontecimento no encontro. Sentimo-nos convocados, com o que Mairesse e Fonseca (2002) delineiam,

Contar uma história pode vir a ser um movimento de desdobramento, deixando vir o “de dentro” para “fora”, libertando aquele que se refugia nos entres das envergaduras, agenciando no sujeito uma nova configuração do ser. Em sua pluralidade, infinitas vozes dialogam, disparando um novo processo, um devir de diferença; um sujeito mais livre enquanto em movimento de devir, enquanto em processo de singularização, em entrelaçamento, junção e disjunção de si com os outros (2002, p. 113).

7 O MENINO DOS OLHOS CLAROS³⁴

Quando o vi pela primeira vez, encantei-me por seus olhos claros, tão límpidos, tão cheios de vida... Ele veio até a mim não por vontade própria, foi encaminhado pela escola, que lhe apontou um caminho por perceber traços que seriam sua marca por toda a vida. Eu, a “Doutora do Posto de Saúde”, não conseguia ver os traços, mas ainda assim, me coloquei a escutar e ver o “menino dos olhos claros”.

O menino desenhava seus traços nos desenhos, seus próprios, não os que a escola tinha visto. A família também via as marcas, feitas pela vida: mãe “louca” falecida, pai ausente/desconhecido e outro pai/padastro falecido. Ambas, família e escola acreditavam que com esta história de vida o menino não “ia dar boa coisa”, “há que ser trabalhado” – vigiado, “para que seu futuro não seja comprometido”.

O menino não falava com palavras, falava com o corpo: “menino capoeira”. Ginga daqui e dali, mostrando na ginga sua criancice, sua infância, sem preocupação, era só gingar e sorrir. O “menino capoeira” quando gingava era feliz, se deixava levar pela batida do atabaque e do berimbau, era livre e adorava a liberdade.

De repente, o menino não mais cabia na escola e quase não mais cabia na família. Fiquei muitos anos sem vê-lo. Depois fiquei sabendo que tinha virado “menino rua”. Foi viver sua liberdade de outra forma, dançou e cantou outras músicas, se deixou levar por outros ritmos da vida.

Numa de suas danças na vida, virou “menino abrigo”. Já não tinha mais liberdade, já não gingava do mesmo jeito. Sua cabeça pensava outros caminhos. Mas fez amigos com seus olhos ainda claros...

Sai e volta ao abrigo. Sai e volta à vida. Seus olhos claros se tornam às vezes turvos, talvez por abusar da vida e das drogas. Vira o “menino drogado”, depois o “menino infrator”. “Há que se cuidar dele (de novo), pois pode se tornar um “marginal”, dizia a Justiça, que o encaminha para cumprir medida. Vira menino do LAC. Agora, do alto da sua adolescência, retorna à ginga, reencontra o “menino capoeira”. E com tanta gente ao seu redor querendo ajudar, como pode? Ele se perde. Já não sabe quem é. Mas tenta buscar nos laços da família que menino pode ser agora...

De novo, tão rápido, a música muda e ele já não pode ser mais menino. Uma lei, algumas pessoas e lugares dizem que agora o menino é homem. Perdido, não pode mais brincar

³⁴ A designação “menino dos olhos claros” foi adotada no lugar do nome do adolescente/jovem. O termo se refere à cor de seus olhos, “claros como os da mãe”, como o jovem ressalta.

com outros meninos. Tem que aprender outro jogo. Tem que usar seu corpo de outra forma. Seus olhos, antes cheios de vida, se mostram embaçados e quase mortos. Torna-se o “homem dos olhos de vidro”. Anda pela vida, brinca com ela, joga com o menino audaz que persiste em ainda viver dentro daquele corpo. Num frenético movimento, entra e sai; da rua, do abrigo, da vida.

O que queria o menino? O que poderia querer? O que quer o homem? O que pode querer?

Seu corpo, antes ágil, agora está cansado. Antes alto, agora está curvado. E o menino dos olhos claros virou o “homem preso”. Seus olhos? De maneira misteriosa, estão vivos. Se olharmos com cuidado, veremos neles um lampejo de vida. Se olharmos com mais cuidado ainda, veremos que o menino ainda está lá, insiste em viver. Seu corpo está preso, mas seus olhos conseguem gingar! Ele esfrega na vida sua teimosia em continuar vivendo. Ousa viver, ousa sonhar, que abusado este menino!

Esta é a história de vida de um dos adolescentes que acompanhei no Programa LAC/PSC. História da qual fiz (e faço ainda) parte. Vivenciei pedaços desta vida e junto com ele fui traçando sua história, tal como descreve Mairesse e Fonseca (2002), “As histórias escritas começam no desejo do analista cartógrafo, em seu estilo de construir e assim interferir nessas paisagens, de deixar-se envolver e emocionar como se envolvem os escritores com seus personagens” (p. 115). Para falar desse jovem, fizemos um desvio/retorno ao passado e conforme descrevem as autoras, recorremos à memória para descrever mais detalhadamente sua trajetória de vida, desde nosso primeiro encontro.

O discurso produz efeitos ao querer dizer outra coisa do que aquilo que se diz; exerce sua estratégia por um desvio pelo passado, recorrendo à memória como uma de suas táticas geradoras de sentido. [...] A memória fica à espreita, escondida nas sombras das práticas cotidianas, que a aciona como força de intervenção (MAIRESSE, FONSECA, 2002, p.114).

Meu primeiro contato com o menino foi o atendimento psicológico/clínico na Unidade de Saúde em que atuava como psicóloga (Doutora do Posto de Saúde³⁵). Seu encaminhamento se deu devido a questões familiares e escolares. Na época tive contato ainda com seus familiares. Já aqui se configurava a demarcação de “um risco” (o que não me dei conta na época), pois era o cuidado preventivo com aquela criança que apontava para comportamentos indesejáveis, que tinha um histórico familiar “complicado”³⁶ e que

³⁵ Apesar de não aceitar a designação de Doutora, tanto os usuários quanto os profissionais do posto de saúde insistiam no termo, o que marca o lugar de especialista.

³⁶ A complicação era atribuída ao falecimento da mãe, à ausência do pai e provavelmente a outro fator importante: a pobreza.

demandava atenção e cuidado, caso contrário seu futuro estaria comprometido.

Da vida familiar para as ruas. Depois de certo tempo, o menino passa a viver em um abrigo municipal para crianças e adolescentes “em risco” pessoal e social, sendo acompanhado pela equipe multidisciplinar do abrigo, com quem construiu fortes vínculos. Vínculos que permanecem fortes até hoje.

Ainda adolescente, comete ato infracional (fora do abrigo) e passa a ser acompanhado por vários profissionais: psicólogos, assistentes sociais, educadores, professores de oficinas das equipes do LAC/PSC e do abrigo. Vários vínculos são construídos e desconstruídos.

Antes psicóloga dele na Unidade de Saúde e agora no Programa LAC/PSC. Quanta vida se passou nesse intervalo... Uma vida na rua, o uso de drogas, o rompimento com a família.

O menino evade do abrigo com as equipes acompanhando o retorno e nova evasão, agora com o acréscimo do Conselho Tutelar. Em um dos retornos ocorre uma situação de risco/ameaça e a equipe do abrigo chama a polícia para intervenção³⁷.

Um momento vivido foi marcante para todos: uma vivência no abrigo, em que todos juntos (a equipe do LAC/PSC, alguns adolescentes em MSE, a equipe do abrigo e adolescentes abrigados) fizemos uma oficina de capoeira e educação física. A interação entre todos foi importante para o adolescente, vivenciando a ligação entre abrigo e MSE, sua realidade naquele momento de vida.

Outros dois marcos: a visita à unidade prisional onde se encontrava detido o irmão (sua referência mais marcante de família) e a maioridade – passagem cronológica de adolescente para adulto. Na passagem à “de maior”³⁸, o agora jovem vai para um abrigo para moradores de rua, pois não havia outro caminho possível para ele: como não era mais adolescente, não poderia permanecer no abrigo para crianças e adolescentes, a família não aceitava seu retorno e não possuía recursos para sua manutenção. Após várias discussões entre as equipes, ele vai para o atendimento para população de rua adulta (diurno) e para o abrigo destinado a este público (noturno), apesar da equipe desse abrigo não concordar, por acreditar que agravaria sua situação, principalmente em

³⁷ A equipe do abrigo se viu numa situação conflituosa: proteção do adolescente, proteção dos outros adolescentes do abrigo, da própria equipe. Proteção ou vigilância? Que lugar ocupar quando o adolescente abrigado coloca em risco outros abrigados?

³⁸ A expressão “de maior” é usada pelos adolescentes para designar tanto a idade (a partir de 18 anos), quanto a tudo que se refere a esta idade no meio deles, ex: fulano é “de maior”, pegou “cadeia de maior”.

relação ao uso de drogas. Aqui então agregamos outros profissionais: psicólogo, assistente social e novos educadores. Após um tempo, ocorre evasão/desligamento do abrigo por não respeitar as regras. Ressaltamos que mesmo “adulto”, a MSE do “menino dos olhos claros” (que nesse momento de vida havia virado “o homem dos olhos de vidro” devido às drogas) teve continuidade, com a manutenção do vínculo com o LAC/PSC.

Na vida na rua, uso abusivo de álcool e drogas, uso abusivo da vida. Muito foi vivido neste período, inclusive ele quase foi preso nesta época, por denúncia da mãe de sua namorada (menor de idade). O que soubemos depois, pois ele não era mais acompanhado por nenhuma das equipes que se colocaram em seu caminho.

Perda de vínculos e finalmente a prisão por roubo (noticiada no jornal A Tribuna³⁹).

7.1 Unidade Prisional: aqui e agora

Quando fui a sua procura, encontrei-o em uma unidade prisional, onde fui entrevistá-lo. Para estar com ele precisei de autorização da Secretaria de Justiça (Sejus) e a liberação foi um processo difícil, que somente teve êxito diante da formação de uma rede de relacionamentos. No mundo contemporâneo, onde ainda temos o foco na prisão como método punitivo, com o investimento em tecnologias e estabelecimentos “seguros” e eficazes, o preso é responsabilidade do Estado, tendo que ser alimentado, vestido e “cuidado” por ele. Na verdade, acreditamos que ele passa a ser propriedade do Estado, como num correlato do poder soberano, descrito por Foucault, em que seu corpo (e sua alma) passa a pertencer a este poder. As vestes dos presos são iguais não somente para destituir de uma identidade e criar outra (“o preso”), mas também para demarcar uma posse. Essa é a estratégia de controle desse corpo/preso, controle da violência, pois estando o preso em posse (é propriedade) do Estado, do sistema penal, este pode dispor (ou não dispor) daquele corpo/sujeito da forma que quiser.

Enfim, a Sejus “quis” e fui à entrevista.

Quando peguei a autorização da Sejus e fui ao seu encontro, buscava ouvir sua história – a qual eu já tinha ouvido e vivido parte dela junto a ele. Eu fazia parte dessa história e queria torná-la visível.

É necessário descrever o cenário da prisão em que estive. Muros altos, assépticos, pois se trata de uma unidade nova de detenção provisória. Vigilância, guaritas, uma

³⁹ Um dos principais jornais periódicos impressos em Vitória (ES).

construção imponente que isola o de fora e o de dentro.

Fui recebida pelo diretor da unidade prisional, de quem percebi certa estranheza e curiosidade pelo meu objetivo e presença. A assistente social que foi designada a me acompanhar se mostrou disponível, aberta e solícita, porém também demonstrava certa dose de estranheza com a minha presença, o que se dissipou após alguns bons momentos de troca e conversa.

Aí o encontro: a assistente social se retira para enfim chamar o “menino dos olhos claros” para a entrevista.

Depois de certo tempo fui conduzida pela profissional a um auditório onde ele estava nos aguardando sentado numa cadeira, algemado e acompanhado por dois agentes penitenciários.

Pairava um grande silêncio no ar, que somente foi quebrado pelo contato físico entre nós – um aperto de mão. Neste momento seus olhos claros se iluminaram e um esboço tímido de um sorriso tomou conta de seu rosto – e do meu. Arrisco-me a dizer que tive um sentimento de cumplicidade, algo que pareceu ir além de um reconhecimento mútuo.

A assistente social se retirou do auditório, foi quando solicitei aos agentes que nos deixassem a sós e que suas algemas fossem retiradas. A primeira solicitação foi atendida, com os agentes se colocando fora da sala, com a porta aberta, a uma “distância segura”, porém garantindo-nos privacidade. A segunda solicitação, quanto às algemas, não pode ser atendida, o que para minha constatação (não tão agradável), o “menino dos olhos claros” diz que “não tinha importância, pois já estava acostumado com elas”.

Começamos a conversar e um dos primeiros assuntos de nossa conversa foi o *rap* que ele havia escrito há tempos atrás, o qual ele cantou para mim naquele mesmo momento:

Rap

Vou contar uma história que eu guardei na minha mente
A vida na cadeia não é vida de gente
Cumprimenta o seu parceiro guardado no coração
Tratado que nem cachorro e preso que nem leão
A comida era sem sal, o suco sem açúcar
O pão sem manteiga e a comarca sem figura
Eu acendo um cigarro, vejo o dia amanhecer
Seja em qualquer cadeia o preso não tem lazer
O banho de sol é muito curto
O boi maior horror,

E quando a Choque invade é um filme de terror
Seja humilde, pense bem,
Se liga autoridade, o preso é gente também...

Este *rap* foi cantado várias vezes pelo adolescente quando ainda cumpria MSE no Programa e novamente cantado, agora pelo jovem detento, no início da entrevista.

Quando cantava, há alguns anos, se tratava de uma profecia (autorealizadora)? De uma certeza, de um destino traçado? No momento em que o ouvia sua história voltou como um filme em minha mente... Passamos a lembrá-la e durante a entrevista falamos sobre os abrigos, os profissionais, MSE, família, drogas, vida na rua, na prisão e futuro. Lembramos de fatos, pessoas e momentos marcantes.

Trechos dessa entrevista serão relatados como parte da composição das análises de sua trajetória de vida. Pretendemos colocar em análise alguns pontos desta trajetória, baseada em algumas questões norteadoras: passagem por vários programas de políticas públicas em diferentes áreas, como assistência social, saúde e segurança; atuação de vários profissionais (psicólogos, educadores, assistentes sociais); formação de rede e a forma que esta atua; a questão da invisibilidade/busca de reconhecimento. E por fim, o sentimento de que parece que “nada deu certo”, ou melhor, **“ele não deu certo”**. O insucesso se justifica na **falta de contrapartida** dele, como se ele tivesse que ser forte o suficiente ou mesmo algo mais, e aproveitar as “oportunidades” que os programas e os profissionais estavam lhe oferecendo e, assim, mudar de vida (estudar, trabalhar, ter família), o que não ocorreu, já que estava preso, “cumprindo seu destino”.

A partir da trajetória de vida do “menino dos olhos claros”, contada por meio dos encontros/atendimentos nos vários programas, na convivência com ele e no último encontro na prisão, colocamos em análise o que as práticas presentes nos programas das políticas públicas focadas na infância e na adolescência têm produzido. De que forma o ideal de proteção, a ideia de criança e adolescente como “ser em formação”, “em desenvolvimento” e visto como sujeito de direitos tem norteadado (e justificado) práticas hegemônicas e o que elas têm produzido?

A fim de traçar tal análise retomaremos o conceito de circunscritor, como conceito-ferramenta⁴⁰, que remete ao desenvolvimento da criança e do adolescente como tendo certa previsibilidade a partir da rede de encontros/relações que “encaminham” trajetórias, como se tivesse possibilidades nos caminhos a traçar, nas relações e conexões com as

⁴⁰ Para Passos e Barros os conceitos podem ser ferramentas, quando nos chegam como operadores de realidade, ou conceitos-ferramenta, como “[...] aquele que está cheio de força crítica”, portanto “cheio de força para produzir crise, desestabilizar” (2009, p. 115).

pessoas e o meio, mas caminhos limitados.

Toda configuração das redes abre um leque de significações, cada qual podendo potencialmente levar a trajetórias diversas. Simultaneamente, a mesma configuração restringe, limita certas ações, circunscrevendo certos lugares e posições. Nesse sentido, o sistema de **circunscritores**, como regulador do movimento do presente ao futuro imediato do sistema organismo-meio em desenvolvimento, permite pensar as ações no tempo presente e suas implicações futuras, de modo que o desenvolvimento seja considerado simultaneamente determinado e indeterminado em vários domínios, ocorrendo tanto possibilidade de inovação como certa previsibilidade de trajetórias desenvolvimentais (grifo nosso, ROSSETI-FERREIRA, et.al., 2004, p. 29).

Assim, de acordo com os teóricos do desenvolvimento (Piaget, Erikson), ainda que se possa falar de inovações, o comportamento seria direcionado, limitado. De acordo com tal conceito de circunscritor, o ser humano tenderia à repetição de certos comportamentos, reiterando certos caminhos, num processo denominado enredamento, que ocorre em decorrência da estrutura mais rígida de certas configurações.

Para as trajetórias de vida que veremos nesse trabalho, utilizaremos o conceito-ferramenta **circunscritor** para a análise das instituições, das políticas públicas, dos especialismos psi, do próprio ECRID, do discurso de proteção, risco, os sentimentos de medo, insegurança e violência, enfim, todas as práticas que atravessam os modos de atuar em relação à criança e ao adolescente pobre no contemporâneo de maneira que limitem ou direcionem processos de subjetivação, produzindo formas hegemônicas de viver.

Acreditamos que as práticas desenvolvidas nos programas que atuam com a infância e adolescência, atravessadas pela demarcação de “risco”, têm produzido subjetividades criminosas. Não queremos dizer que somente essas práticas produzem tais subjetividades, nem tampouco que existem somente essas práticas nos programas, mas nos parece que as práticas hegemônicas nos programas são as de criminalização (atravessadas pelo risco), o que pode ser explicado a partir da conjuntura em que vivemos: violência, medo, insegurança, conforme trata Wacquant (2001) ao falar do Estado Penal.

O ideal de proteção da infância e formação do futuro adulto “sadio” demarca práticas que circunscrevem subjetividades criminosas, que se atualizam nas crianças pobres abrigadas ou não, nos ACL, nos jovens presos. Criminalização da pobreza⁴¹, da juventude, da vida. Punição e controle da virtualidade, que apontam para um processo de judicialização da

⁴¹ Coimbra (2006) aponta “[...] como nossas subjetividades vêm sendo produzidas há séculos e cotidianamente no sentido de percebermos como natural e, portanto, aceitar a relação indissociável entre pobreza e criminalidade: onde está o pobre está a violência”. A autora também coloca em análise o que temos produzido com nossas práticas (psis), quer seja processos de criminalização e vitimização.

vida, numa tentativa de administrar o risco, o perigo, o medo e a insegurança. O Estado objetivando punir e controlar a violência pela via de políticas públicas de "proteção" e assistência à infância pobre...

Quando a escola enviou o "menino dos olhos claros" para atendimento psicológico, demarcava um risco para o futuro, pois com seu histórico de vida, "não daria boa coisa", teria/seria um problema. Quando um profissional não diz, mas em sua prática reforça que o menino "não vai dar pra ser alguém", é uma prática que produz subjetividade criminosa. Assim como a justificativa na falta de contrapartida do menino, privatizando questões sociais e econômicas, com um "Fizemos tudo por ele, mas ele deu errado".

"O menino dos olhos claros", na nossa concepção, não deu errado, ele cumpriu exatamente o que se esperava dele, o que lhe foi possível, o que lhe foi circunscrito. Assim, deu muito certo...

Bocco (2009) aborda a questão de vida determinada pelo/escolha do crime ao relatar que para os técnicos das unidades de internação e as pessoas em geral " [...] não havia possibilidade de mudança para aqueles sujeitos, pois já tinham escolhido "o caminho do crime" (sic), esse seria seu "projeto de vida" (sic) e terminariam invariavelmente, presos" (p. 18).

Quando a equipe do LAC/PSC falava com os meninos e meninas acerca da importância de não reincidirem, apoiando-se no fato de que com a maioria não seria mais internação e sim prisão, não estava reforçando a ideia de destino traçado, do caminho do crime como uma realidade "certa" para eles? Um alerta "preocupado" devido à possibilidade de trajetórias circunscritas ao mundo da criminalidade, práticas de "cuidado" que reforçam subjetividades criminosas...

Em relação à atuação em rede, verificamos no caso do "menino dos olhos claros" que foram feitos vários estudos de caso, principalmente em relação à maioria e a impossibilidade de permanência no abrigo para crianças e adolescentes.

"Só devo sair no final do ano. Aqui não é três aninhos não. Ninguém, por mais que alguém fale que tá gostando, não tá não. Cadeia é só segura", disse na entrevista, em referência à internação para adolescentes em conflito com a lei. Aponta para a constatação da diferença no tratamento conforme a idade. Parece-nos que apesar da intenção das equipes em trabalhar a autonomia dos adolescentes institucionalizados, a maioria traz outros sentidos para os ACL, sentidos "na pele". *"Depois já de maior queria conversar, mas não podia mais..."*, diz, demonstrando ter tido vontade de procurar

o Programa LAC/PSC, mas acreditava que não podia mais, pois já era adulto. Relata também que não retornou ao abrigo para moradores de rua porque não tinha alvará. Sem documento, mas com memória.

Além dos estudos de caso, foram feitos o PIA⁴² no LAC/PSC e, junto aos outros profissionais que atuavam diretamente com ele ou que formavam a rede, foram traçados vários encaminhamentos possíveis ou ao menos planejamentos (tratamento por uso de drogas, cursos profissionalizantes, etc.).

Na entrevista na prisão indago, em relação aos programas e profissionais que o acompanharam: *“Os lugares te ajudaram em que e não ajudaram em que?”*

A resposta dele: *“Falar com o tio, porque ele tava só o ódio”*. Sinaliza aqui a importância da atuação dos profissionais em relação ao resgate de vínculos com a família, no caso, com o tio materno, com quem sempre manteve uma relação conturbada, de proximidade e ao mesmo tempo de conflitos devido a sua inserção nas drogas e vida na rua.

Mas e em relação a outros aspectos de sua vida? De que forma os programas teriam interferido? Os vários profissionais conseguiram atuar em conexão, já que se tratava de um mesmo menino? Foi formada uma rede e esta teve efetiva atuação? Será que houve erro/falta no primeiro contato na unidade de saúde? E a proteção preconizada no ECRIAD? Efetivou-se para o menino dos olhos claros ou serviu a outros propósitos? E as políticas públicas para a infância e juventude em/de risco, de que forma atuaram? Defendendo-o ou defendendo a sociedade dele, quando o colocavam em abrigo e em MSE?

Torna-se necessário falar um pouco sobre rede, pois tratamos de um menino que passou por vários programas, de várias áreas da política pública e esses programas deveriam ter sua atuação conectada entre si.

Tomaremos emprestado o conceito de rede conforme descreve o Ministério da Saúde quanto à Política Nacional de Humanização de Atenção e Gestão do SUS e Redes de Proteção de Saúde (BRASIL, 2009): rede é “[...] um conjunto de serviços e equipamentos de uma área da política pública num determinado território geográfico” (p. 8). De acordo com as orientações do Ministério da Saúde, existem as redes especializadas (homogêneas), compostas por serviços semelhantes e redes transversais (heterogêneas), composta pelo entrelaçamento de diferentes serviços, de diversas áreas. O desafio de

⁴² PIA é o Plano Individual de Atendimento, feito em conjunto com o adolescente e o responsável, trata-se do planejamento da medida socioeducativa de forma geral, no Programa LAC/PSC e nos outros aspectos da vida do adolescente (cursos, escola, emprego, etc).

trabalhar em rede seria o de compor “[...] projetos comuns na diferença, construir possibilidades para além dos limites de território, de saberes, e práticas estanques” (p. 17), numa gestão em que não há hierarquia de poder, supondo conexão das diferenças.

Muito se fala sobre atuação em rede em várias áreas (além da saúde), e ao longo dos anos, o psicólogo teve que aprender a deixar seu lugar de certo “isolamento”, justificado muitas vezes pelo sigilo ético e trabalhar em rede nos espaços em que atuava. Aprendemos, assim, a sair do “lugar de psicólogo”, do pedestal de especialista de segredos, da verdade e atuar em equipe. Esta mudança aconteceu em parte porque perdemos a clínica como único campo possível de atuação e nos vimos como parte de equipes na assistência social, na saúde e em outros espaços, com demandas diversas da analítica.

Formação de rede, lugar de psi. E o lugar de pesquisadora? Afirmação de um lugar de intervenção, que recusa a obtenção de dados simples, mas que busca algo no encontro. Afirmar possibilidades, caminhos possíveis no futuro, resgatar e construir novas redes. Mas e as informações trocadas? E a “ética”? Na verdade nada além do já dito... O lugar de profissional/atuação de psi do Programa LAC/PSC comparece na articulação de ações conjuntas e tentativas de resgatar ações e relações do menino entrevistado com as instituições pelas quais passou. Articular políticas públicas e propor ações focadas em dados de realidade, não é a “ponta”⁴³ que aponta ações? Estudos de caso que geram ações.

No caso do “menino dos olhos claros”, sua entrevista na prisão provocou a (re)articulação da rede de atendimento, a partir de demandas observadas no momento que o aguardava: saída da unidade prisional. Assim, em conversa com a assistente social da unidade prisional, após a entrevista, algumas questões foram formuladas: como reinserir, se a sociedade é preconceituosa, segregadora? Como, “se até para o ônibus é necessário mostrar alvará”, indagava a assistente social da prisão? A que instituições encaminhar? A quem pertence o egresso?

Por isto articular redes... Antes, durante e depois dos abrigamentos, internações e prisões.

“Meus papos mudaram, tinha papo de criança, era muito moleque. Quando era de menor

⁴³ O termo “ser da ponta” designa comumente o profissional que atua diretamente com os sujeitos, em dicotomia daquele que está na formulação das políticas públicas, em cargos de gerência e chefias.

não pensava em mudar minha vida, construir minha família, ir para Igreja”.

Na prática, na hora de concretizar as ações propostas na troca com a assistente social, ainda no dia da entrevista na unidade prisional, percebi os “furos” da rede. Como se a única forma de estar inserida numa rede, de ser legitimada e legitimar as ações fosse fazendo parte de algum estabelecimento/programa/política.

Passos e Barros (2004) abordam a dimensão das redes no contemporâneo. Para os autores, “Tal noção de rede ganha na atualidade um sentido ambíguo, já que comporta esperança e perigo ou, em outras palavras, comporta um funcionamento quente e um funcionamento frio” (p. 11). A rede fria seria composta de “cima para baixo”, direcionada por um centro, que no mundo globalizado neoliberal, produz o que os autores chamaram de efeitos de homogeneização e de equivalência. A rede quente produz efeitos de diferenciação e, na experiência do coletivo, do público, busca a “[...] produção de novas formas de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo” (p. 13). Assim, a dimensão ético-política da atuação do psicólogo (e dos demais profissionais), deve atuar dentro das **“redes quentes produtoras da diferença”**.

Como atualmente sou “somente” pesquisadora, este lugar parece não legitimar ações em rede. Os profissionais procurados⁴⁴ me indagavam sempre: “Mas por que você está tentando ajudar essa pessoa? É pessoal?” Ou seja, ou faço parte de uma rede “institucionalizada”/fria ou ajo por interesse pessoal, filantrópico e protetivo. Estava, portanto, no limite de uma “rede morna”, um limbo, nem quente, nem fria...

Mas, apesar de não ter conseguido “aquecer a rede”, a escuta no encontro continuava a gerar análises...

O “menino dos olhos claros” não fala de roubar para ter, fala da família, como falta sim, mas de uma falta que dificulta seu reconhecimento como pessoa, com história, com ações e emoções. Não se vê como ahistórico, tem uma história, tem família - talvez idealizada, mas não temos todos nós construções ideais de nossas famílias?

“Eu penso muito na minha família, aí faço doideira. Se minha mãe tivesse viva eu não estava nisso aqui não, Luziane. Depois que minha mãe faleceu eu tive uma passagem atrás da outra. [...] Meu irmão nunca tinha matado ninguém...”

“Fiz 20 agora. Meu irmão fez em agosto, você lembra”.

⁴⁴ Após a entrevista na prisão tentei alguns contatos com profissionais de alguns programas, na tentativa de articular possibilidades para o “menino dos olhos verdes”, mas tive muitos obstáculos, não consegui “aquecer” a rede, pois todos demandavam saber a qual “instituição” eu pertencia, não aceitando o fato de ser “somente para pesquisa”.

*“Roubava mais pela **falta da mãe** do que para usar drogas”.*

E indaga, estranhando: *“Você pensou assim, hoje vou ver lá o “menino dos olhos claros”?”*

Demonstra um misto de estranheza, satisfação e reconhecimento quando falo da tramitação e da dificuldade para vê-lo, talvez mais pelo fato de que alguém tivesse o desejo de falar com ele, já que não recebe visita de familiares. Entendemos que o “menino dos olhos claros” fala aqui do afeto e da falta da família, que deve ser interpretada não somente pelo viés da falta, da negação, da explicação causal da inserção no crime, mas sim como Peralva (2000) e Oliveira (2001) ressaltam, de busca por reconhecimento. O menino busca a família como lugar de afeto e de sentido, busca habitar o sentido de “ser gente”.

As instituições/práticas hegemônicas circunscreveram o “não-sentido” e assim o não-reconhecimento, pois atualizaram o sentimento de que ele “nada era, não era gente”. As práticas não deram visibilidade ao menino que é gente, que sofre, que ri, que vive, que tem memória, que tem desejos, que joga capoeira, que ama...

Tavares et.al. (2009) relatam uma experiência que ilustra bem a visão das pessoas sobre esses “meninos”. As autoras descrevem uma cena ocorrida quando as alunas/pesquisadoras se dirigiam ao projeto social no qual faziam a pesquisa. O seguinte diálogo se travou entre o cobrador do ônibus, no qual se dirigiam ao local do projeto, e as alunas:

- “Vocês não são daqui...”
- “Não. Por quê?” – Perguntamos.
- “Vocês são gente!” Responde o cobrador.

Da fala do cobrador, segundo as autoras, “[...] percebe-se que da pobreza e dos pobres não se espera certo nível de civilidade e de educação” (2009, p. 15). Assim, para as autoras, os meninos do projeto social pesquisado, os meninos pobres, e acrescentamos, o “menino dos olhos verdes”, não são vistos como gente, ou são vistos como gente inferior, devendo ser “salvos” de seu destino: a criminalidade.

E o “menino dos olhos verdes” **queria merecer viver, queria ser gente...** Para isto, buscava reconhecimento na família, ou melhor, no afeto da família como proximidade subjetividade/relacional. Buscava habitar o sentido ser gente.

7.2 Invisibilidade/morte

Retornando à entrevista, quando me encaminhava ao presídio, uma lembrança me veio à mente: quando "perdemos" o primeiro adolescente (assassinado), a equipe ficou muito mobilizada e ouvimos, como que ressoando nos cantos do Programa, "que era esperado", algo que fazia parte daquele público, deveríamos esperar esse "fenômeno" - a morte, como algo esperado. Naturalizar a morte, por quê? Porque aqueles meninos e meninas eram invisíveis? Eram somente números, estatísticas? Recordo este episódio porque em relação ao "menino dos olhos claros" e a todos os meninos e meninas atendidos no Programa, não os considerava como números, casos ou qualquer outra denominação generalista. Ou seja, ele não é somente mais um que hoje adulto, está preso, não é mero dado estatístico, ele "é gente".

Quando fui à Unidade Prisional, não sabia o que me esperava, mas sabia que havia conhecido uma pessoa, ainda que nos últimos contatos, já sem o brilho nos olhos, mas uma vida. Não acredito que fazendo este movimento estou romantizando uma imagem, mas sim resgatando o que há de humano, de pulsante numa vida. Recuso-me a ver a morte e a prisão como destino natural somente pela inserção na criminalidade.

Quando estava a caminho da última entrevista me questionava: O que me espera? Ainda uma vida? Que vida seria possível num presídio? Há ainda uma vida, ainda que enclausurada? Ele realizou seu sonho de encontrar o irmão, único elo familiar, vivendo a vida como ele? Acabou aí? Está preso...

Ao tentar falar da vida, indaguei: "O que é importante que as pessoas saibam de você?"

"Pode falar, pode explicar tudo. Saber que eu vou mudar de vida, né véio. Eu tô percebendo que parada é essa. Que esta vida não dá futuro não. Que que eu tô vendo da rua aqui? Não tô vendo nada daqui não. Botei isso na cabeça, cadeia não é para mim mais não. Seis passagens já".

Para além das análises habituais dos discursos dos presos, quando sempre se analisa que todos falam em mudar de vida, sair do crime (não é à toa que a assistente social me indaga se vi sinceridade na fala dele acerca de mudança), acredito que sair da fala de "só derrota" e pensar num futuro possível, ainda que difícil, é uma produção de sentidos, é sair do lugar que lhe cabe como ex-ACL, egresso de detenção e preso. Acreditamos e apostamos na vida, não exatamente na "mudança de vida", termo que se tornou pejorativo e sinônimo de ressocialização, mas em novas formas de vida, desafiadoras do comum, do dado, do instituído. Acreditamos naquele que ousa se desafiar e desafiar o que o mundo lhe dá e ousa querer mais!

7.3 Um paradoxo vivido

Há alguns anos jamais pensaríamos, nós psicólogos e profissionais afins, que apoiariamos a visão de que nem sempre a família representa o melhor caminho para uma criança ou adolescente. Em alguns casos chegamos a apoiar (em casos extremos) a destituição do poder familiar. Da mesma forma, nunca imaginaria pensar que um jovem poderia estar “melhor” preso do que em liberdade. Arrisco-me a pensar assim, por mais difícil e paradoxal que seja fazer essa análise, porque no caso do jovem descrito, eu já tinha visto seus olhos mortos, sem vida, consumidos pela droga, se esvaindo. Na entrevista na prisão, ou ao menos no encontro que tivemos, pude ver lampejos de vida novamente... Pude ver pensamentos encadeados e sonhos e desejos... Que loucura! Como pensar assim? Que vida é essa que enclausurada em si mesma se torna possível?

Assim, ainda evocando a vida, antes de finalizar a entrevista, ele diz: “*Capoeira é massa!*”, e lembramos (juntos) que ele sabe jogar capoeira muito bem, tendo feito anos de treinamento. Digo a ele que com certeza não havia esquecido, que estava tudo gravado em sua mente e em seu corpo. Quando pergunto o que mais estava gravado em sua mente, ele responde: “*Só derrota...*”

Então evoco outras lembranças, como as aulas no Programa LAC/PSC, no abrigo, os encontros, os atendimentos e conversas. Buscava evocar lembranças e fios onde pudesse refazer uma trama, como num fio muito fino, traçado a quatro mãos... O abrigo, a educadora, o albergue, as assistentes sociais, as psicólogas, os amigos, a família... Tentativa de buscar um caminho para onde pudesse ir quando saísse. Tentativa de construir um possível futuro. Outros possíveis. Não esperar a família ideal, idealizada, imagem, mas construir a sua família, a sua história.

7.4 Pode um encontro potencializar uma vida?

“*Você veio de tão longe só para me ver? Da próxima vez você não vai precisar vir tão longe não, vou sair dessa*”.

E finaliza: “*Vou pensar como se fosse minha mãe aqui na minha frente agora*”.

E a mãe aqui, cheia de água nos olhos, vê o filho ser levado e a porta ser trancada.

Lugar de mãe, acolhimento, proximidade, lembranças boas, pessoa que quer bem... Vínculo, encontro, bom encontro. Sentido, produzido no encontro. Mãe, não da forma naturalizada pela nossa cultura (mãe “natural”), mãezona, protetora.

Aqui a mãe fala do lugar de proximidade, do cuidado, do afeto, a que acolhe e se preocupa, fala de uma convocação a sair do lugar de especialista, de psi neutra, de pesquisadora e habitar outros sentidos. Fala de um reconhecimento como **gente**.

Aqui a produção de sentidos... Aqui o encontro...

7.5 Então, o que pensar?

É claro que ainda me vejo a pensar onde eu e a equipe “falhamos”, sou ainda capturada pelo atravessamento psi e o “dar certo/errado”, mas acredito que seja uma armadilha ir à caça de culpados. Há que se colocar em análise que práticas permearam a vida do “menino dos olhos claros”, que moldaram esta vida, que não encontraram caminhos para potencializar outros modos de vida, que não agenciaram com ele, sem culpar somente sua falta de contrapartida.

Após estar com ele na prisão e retomando sua trajetória de vida, vemos sua potência na ousadia de viver, de impor sua existência, se negando a aceitar as forças que querem imprimir sua invisibilidade. “[...] os jovens são invisíveis no chão da escola, em seus movimentos instituintes, naquilo que têm de força, resistência, potência de vida e expressão de singularidades” (CORDEIRO, 2009, p. 148).

Falamos aqui de invisibilidade como Lobo (2008) se refere aos infames históricos, deficientes, negros escravos, loucos, “existências infames”:

[...] sem notoriedade, obscuras como milhões de outras que desapareceram e desaparecerão no tempo sem deixar rastro – nenhuma nota de fama, nenhum feito de glória, nenhuma marca de nascimento, apenas o infortúnio de vidas cinzentas para a história e que se desvanecem nos registros porque **ninguém as considera relevantes para serem trazidas à luz**. [...] Apenas algumas vidas em meio a uma multidão de outras, igualmente infelizes, **sem nenhum valor**. Porém, sua desventura, sua vilania, suas paixões alvos ou não da violência instituída, sua obstinação e sua resistência encontraram em algum momento quem as vigiasse, quem as punisse, quem lhes ouvisse os gritos de horror, as canções de lamento ou as manifestações de alegria (grifo nosso, LOBO, 2008, p. 17).

O ACL é um infame histórico e atualizado? Acreditamos que o “menino dos olhos claros” e muitos ACL podem ser vistos como infames. Para Foucault (2003), é no encontro com o poder que surge essas existências “infames”, a fim de escapar das armadilhas das práticas de poder. “Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou ao menos apagá-las” (p. 210). Porém o menino não se deixa aniquilar ou apagar, resiste, ousa continuar vivendo, circulando no mundo, ainda sonhando, buscando uma existência...

Há muito neste menino, há muito de resistência! Para Filho (2008), seguindo o pensamento de Foucault, a resistência se dá onde há poder e este reage onde há

liberdade, tomada como experiência, invenção do sujeito sobre seu destino. Segundo o autor, “[...] o poder, longe de impedir a liberdade, excita-a”, o poder (com suas táticas) não impede as práticas de liberdade, apenas limita-as. Podemos conceber o poder como positivo, na medida em que produz, fabrica e utiliza estratégias, táticas que circunscrevem as subjetividades, mas há sempre algo que escapa, e nas linhas de fuga, o infame “meninos dos olhos verdes”, resiste às práticas dominantes que tentam impor invisibilidade à sua existência, à sua potência de vida, ainda que sob formas que cerceiam sua liberdade no corpo.

8 A MENINA FLOR

Êta menina linda, forte e frágil, como uma flor... Aparece de repente, deixando seu cheiro. Abre suas pétalas e mostra suas cores, ainda que só para alguns.

Fala da vida de ser flor. Vida difícil. Às vezes não tinha água, às vezes não tinha chão. Mas o que mais fazia falta para a menina flor, era o amor.

Quando nasciam espinhos, a menina os tirava. Dizia que não doía, mas sozinha, chorava. Menina flor foi feita para ser admirada, mas não sabia da sua beleza. Se achava sem vida, sem cor. Buscou lugares onde não era vista. Ficou presa, ainda menina, perdeu algumas pétalas, mas cicatrizou.

Foi mandada para alguns jardineiros. De alguns, recebia carinho, se deixava cuidar. De outros, mantinha distância. Se precisasse, buscava lá de dentro veneno para afastar. Mas ainda era menina flor.

Hoje, se sabe bela. Sabe o que lhe faz bem: cuidado, carinho e amor. E exige ser bem cuidada, tratada como uma flor. “Quem não quiser que se afaste”. Avisa em alto e bom som. Será que só quem fala a língua das flores pode entender?

Menina flor está feliz. Dela nascerá outra flor...

Esta é a história de uma das meninas atendidas no Programa LAC/PSC. Do arquivo morto a um caminho de vida... De simples dados em uma ficha, “memória estatística”, tomou forma/vida quando conseguimos restabelecer contato.

Em contato telefônico para agendar entrevista, a menina flor me indaga, confrontando de imediato: “*Por que não me ligou (antes)?*” Pergunta que reverberou em mim, ainda que tenha respondido pela via da impossibilidade pela pesquisa, questões éticas, desvinculamento do Programa... Resposta que não a satisfaz naquele momento, pois, segundo ela, eu poderia ter ligado “*sem ninguém saber...*” E, meio receosa, concorda em conversar.

O que pareceu a princípio um ressentimento, pôde depois ser compreendido como uma afirmação, a afirmação de uma lacuna na relação, não apenas uma falta, mas a representação de como às vezes atuamos, como nossas práticas/especialistas se configuram: atuamos, criamos laços (ainda que “proibidos” pelos gestores”) e depois, por diversas razões (administrativas, legais, etc.), o contato se desfaz, o que nem sempre atende ao tempo das relações, quando alguém ainda precisa de nós e vice-versa.

Ainda tentando entender melhor e buscando atualizar nossa relação, busquei a visita domiciliar como forma de contato. Em visita domiciliar (casa da mãe, avó, irmãos e outros familiares), descobri, de acordo com o relato e interpretação da mãe, que a adolescente está “praticamente do jeito que estava” quando comecei a atendê-la, como se sua vida tivesse voltado ao ponto inicial. Sob meu olhar pareceu também que ao menos para a família nada mudou, parece que voltou ao ponto de partida: intervenção de vários programas de diversas áreas, com acompanhamentos, benefícios, sem cruzamento de informações e atuação em rede. Era isto? Era necessário ouvi-la...

Antes, ouvi a mãe, que interpreta que a filha começou no ato infracional e no tráfico “para ser maior que as meninas do morro”, para “crescer em cima delas”. E novamente me remeti ao início dos atendimentos no Programa LAC/PSC, onde atendia ambas: mãe e filha, principalmente focando sua conturbada relação.

Como me senti incomodada/convocada a acionar a rede de atendimento, por verificar a situação da família, sem autonomia, sem mobilidade, retornei à gestora do Programa LAC/PSC, numa tentativa de encaminhar à rede, assumindo que o lugar de pesquisadora é de intervenção e de intervenção continuada.

Em contato telefônico com a “menina flor”, explico a pesquisa e tento agendar a entrevista. Como na visita domiciliar a mãe relatara que a menina achava que estava grávida, abordei o assunto no telefone e ela, receptiva, aceitou minha “ajuda” naquele momento. Aceita, assim, me encontrar para falar de como anda sua vida, já adiantando que havia morado fora do Município de Vitória, que estava envolvida em uma relação, fala de como a suspeita da gravidez estava mexendo com ela, enfim, várias mudanças. Se a família não parecia ter mudado, ela havia mudado, e muito.

Após alguns agendamentos, tentativas de encontros frustradas porque ela não compareceu, entendemos que ela **não queria falar**. O que significava a negação de sua fala? O não se dispor ao encontro? Ressentimento pela falta de contato não dava conta de explicar esse movimento de recusa. Tentamos entender pela via de sua trajetória de vida: internação pela MSE, relações conflituosas, confiança enfraquecida nas relações,

passagem pelo LAC/PSC por quase um ano, oficinas, estudos, estágio, relação amorosa, atualização dos lugares de mãe/filha...

Nada parecia dar pistas da sua recusa... Até que nos demos conta, ao sair do lugar de especialistas psi, dando passagem à pesquisadora que se dispõe a sentir e “entender um pouquinho”, que não se tratava de uma mera recusa, e sim de um exercício de liberdade, uma prática de liberdade frente às práticas de poder que se incidiam sobre ela, práticas nas quais eu estava imersa por compor, como psicóloga, um programa de política pública de assistência social.

Fomos obrigados a fazer outras análises, saindo do nosso lugar de pesquisadora ouvinte de uma “fala oral”, para tecer outros olhares. Se ao “menino dos olhos claros” é atribuída a concepção de que “deu errado”, por estar preso, a “menina flor”, por ter trabalhado, estudado, ter retornado à família, “deu certo”. Há que se fazer uma torção na avaliação binarista de certo/errado.

A menina “deu certo”, de fato. Mas talvez nem tanto somente pelas intervenções dos profissionais que a acompanharam, mas porque neste momento, barra o acesso deles a ela, coloca um limite quando diz (sem dizer): “*não quero falar com você, não sou mais do programa*”. Aí vemos que ela se autogerencia, tornou-se protagonista de sua vida, não era este o objetivo do Programa LAC/PSC, potencializar os adolescentes em conflito com a lei, de forma que pudessem construir novas maneiras de viver/atuar no mundo?

Lembrando que tomamos a liberdade aqui como o que escapa das táticas, do poder, das práticas hegemônicas que circunscrevem subjetividades criminosas, pois não há poder, há resistência.

Para Filho (2008),

A micropolítica das lutas específicas, das lutas pontuais são lutas das artes de si, dos cuidados de si: essas não deixam de ser lutas hermenêuticas de sujeitos que procuram elaborar suas vidas como uma obra de arte, de novos modos, a partir de novas subjetivações: mulheres-feministas, homossexuais, travestis, negros, mestiços, migrantes, que com suas lutas específicas exercitam (em corpo e alma) a crítica das sujeições a que se visa que continuem a obedecer (FILHO, 2008, p. 24).

A “menina flor”, bela como é, inventa sua liberdade, inscreve novas formas, recusa ter sua subjetividade circunscrita. Exercício de crítica, conforme Fonseca (2008), como “[...] expressão concreta de uma vontade decisória de não ser governado” (p. 246). E segue, criando novas formas de existir, em sua força instituinte de questionar as práticas que engessam sua existência.

9 O MENINO IGREJA

Desde pequeno o menino já sabia quem era Deus e o que era orar. Foi criado na igreja, “sabendo” o que era certo e errado... Sempre via sua mãe orar: por ele, pelos irmãos e pelo marido. Família exemplar, tudo certinho, como sempre ouviu falar. Mas, como nem tudo nunca é perfeito, sempre aparecem desvios no caminho. Um dos dedos da mão da família não consegue seguir as regras dadas, vai por outro caminho, se perde o tempo todo. E o “menino igreja”? Conhece o céu e o inferno. Dentro e fora de casa. Conhece pessoas diferentes, se enamora de uma menina, vai e vem numa vida “pagã”. Rapidamente, como tudo na vida de quem vive intensamente, o “menino igreja” se vê tendo ele mesmo uma família: mulher e filho. Sonho antigo que se realiza de forma inesperada. Deus mandou... Foi Deus quem quis assim... Falou e falaram por ele. Caminhos tortuosos, caminhos que o levaram a ficar sem liberdade, caminhos que minaram sua força de viver. Parecia não ter mais saída, estava condenado ao inferno! Pensou, refletiu, foi e voltou na vida. Sofreu, fez sofrer. Chorou, fez chorar. E com tanto sofrimento e marcas, segue sua vida, ainda aprendendo, ainda chorando, mas confiante que Deus tem algo para ele.

O “menino igreja” foi também atendido no Programa LAC/PSC, cumprindo MSE por um ano. Neste tempo, foi possível conhecer um pouco de sua vida e a história de sua família, fortemente marcada pela religião, além dos desdobramentos que ocorreram com a formação de sua própria família. Pontos de sua história de vida serão abordados a partir dos atendimentos periódicos realizados no Programa, na entrevista coletada para pesquisa (quando ainda cumpria MSE) e em entrevista realizada após o cumprimento da MSE.

Religião e família, duas instituições que marcam esta vida, a circunscrevem, sendo eixo na formação deste menino, referência e ponto de identificação. Assim, são fontes de organização e de conflitos. A mãe, como ponto central da religião, sempre organizou a família baseada em sua fé e as diretrizes de sua igreja. O pai, usuário de droga, dava o contraponto entre a religião e “o mundo”, ponto de real, de concreto ao divino. Após o último contato com o “menino igreja”, o pai faleceu, com uma longa história de intonações e intervenções ao vício.

Em entrevista com ele, após o cumprimento de sua MSE, conversamos sobre família, relacionamentos e futuro, além de atualizar nossa relação, construída nos vários atendimentos realizados no LAC/PSC.

Logo no início, fala que os policiais o continuam parando na rua, o que atribui a sua aparência: *“tipo, cara de quem apronta”*, e completa, *“acho que é porque sou muito sério”*. Relata uma situação vivida na lanchonete da UFES (local da entrevista), onde teve que esperar a atendente entregar o lanche para outra pessoa, *“apesar de ter chegado e pedido antes”*. Essa situação, vivida poucos minutos antes de nos encontrarmos, o deixou extremamente nervoso, com *“vontade de falar merda. Depois a gente fala merda e a culpa é da gente”*, expressou na entrevista.

Relata assim, a maneira como acha que é visto pelas pessoas. Oliveira (2001) aborda a questão ao citar como os adolescentes utilizam os signos da cultura juvenil de massa, como roupas e tênis de marca. Para a autora, “quando o usuário é proveniente da periferia ele acaba sendo identificado pelo estigma do pobre delinqüente: “mal encarado”, “mal elemento”, “pinta de marginal” (p. 41). Para o “menino igreja”, por mais que ande bem vestido, por mais que tente “ser simpático”, acaba percebendo a mesma reação das pessoas em relação a ele: exclusão e uma visão dele como “marginal”.

A entrevista teve também como tema central sua relação com a companheira e o fato dela tê-lo denunciado, o que levou à sua detenção (já atingira a maioridade), de acordo com a Lei Maria da Penha. Demonstrou preocupação sobre sua vida, relação e cuidados com a filha. Fala que se arrependeu de ter filha, que sempre sonhou em ter família, mas queria que tivesse sido da maneira “certa”, na hora certa. Também fala muito de Deus, que Ele é quem sabe a hora de ter um filho (fala que várias meninas do bairro dele querem engravidar, mas ele fala para elas que Deus sabe a hora de mandar, que não é quando quer). Relata que gosta muito da companheira, *“apesar de saber, no fundo, que não vai dar certo”*. E faz plano para o futuro: alugar uma casa, ter trabalho e arcar com as despesas de sua nova família.

Ao abordar o tema “trabalho”, “arcar com as despesas”, fala de arrumar um emprego, mas relata ter dificuldade em conseguir um, apesar de dizer que não procurou. Falamos então de como a venda de drogas se mostra um caminho fácil e rápido para atingir o objetivo de ter dinheiro, mas que o “preço é alto”: ir preso e a filha ficar sem ele. Fala também que *“os caras” gostam dele porque ele “é cabeça”, não gasta o dinheiro do tráfico, não usa a droga, “é sério para a venda”*.

Na entrevista fala do pai, usuário de crack. Atribui à mãe o fato dele não fazer besteira, do pai ter controle do vício (não fazer dívida com os traficantes), porque a mãe “é de Deus”.

Conversamos mais sobre relacionamento a dois, sobre como a convivência é difícil, e que deve ser sempre uma aposta dos dois para dar certo. Ele me pergunta quantos anos eu

tenho e eu respondo: 38 anos. Ele fala então que não tem nem 20 anos e já sofreu tanto, já viveu tanto. Fala que a filha foi enviada por Deus, porque ele aprontava muito (roubar, bagunçar) e a parceira também. Segundo ele, Deus mandou a filha para eles ficarem bem, que eles devem se ajudar.

Então, fala-me que fica calmo comigo e sai da entrevista com dor de cabeça, porque “*tem pensado em muita coisa*”. Surge daí a demanda: pede para que eu converse com a parceira, pois ela precisa de alguém que “*fale coisas boas para ela, pois ela não tem estrutura nenhuma*”. Fala também que a família dela, apesar de ter um irmão preso por drogas, fala muito mal dele, por causa do envolvimento dele com a justiça (por ter “*puxado cadeia de menor*”- internação).

Enfim, resolvo agendar uma conversa com ele e a parceira para encaminhá-los ao Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica – CAVVID.

Depois de uma “retrospectiva” de sua vida, novamente comparece a convocação a estar em outro lugar, além da atualização da relação no encontro. Fica confuso para nós dois que lugar iríamos habitar. Ele me fala que conversar comigo o acalma, mas fica claro (para mim) que naquele momento não devo fazer atendimento a ele e a parceira, devo encaminhá-lo para outro espaço, sem ignorar sua demanda de escuta e ajuda.

Outro ponto importante em nossa conversa foi que ao explicar a pesquisa, apresentando de forma geral que pretendia mostrar o “outro lado dele”, para além da MSE, e que ele e os outros são mais do que ACL, que o conhecia e sabia que ele tem muito mais a mostrar, pois ele era mais do que o ato infracional, tal fala pareceu ter repercutido nele, fez efeito, como uma aposta em algo nele. Não é essa a função do psicólogo? Apostar em novas estratégias de vida?

9.1 Não há que habitar um lugar, ou só um lugar...

O “menino igreja” convoca à saída do lugar de pesquisadora e a habitar o lugar psi, enquanto escuta/clínica. Funciona como dispositivo de análise de qual lugar habitar, questionamento de uma ética, de uma forma de fazer da psicologia, convocando a um fazer encarnado, político, imerso numa aposta. De que clínica psi se trata?

Para Passos e Barros (2009), a clínica transdisciplinar se traduz na “[...] possibilidade de pensar o campo da clínica nisso que ele tem de potência de se criar e recriar a cada instante” (p. 103). Segundo os autores, o lugar de sujeito e objeto, não se trata de

realidades prontas que devem ser desvendadas por especialistas, mas são produzidos por efeito de práticas. Mais ainda, questionam a dicotomia sujeito/objeto, subvertendo a psicologia dita “científica e neutra” em um movimento que entende que “[...] sujeito e objeto se engendram no ato de conhecimento, não restando nenhuma anterioridade [...]” (p. 115). Para a clínica transdisciplinar, o que importa são os modos de subjetivação (e não sujeitos), as forças que os atravessam e os efeitos desse processo.

O “menino igreja” convida a habitar outro lugar, a do “analista” que coloca em cena a produção de modos de existência, ousando apostar na criação e não no diagnóstico do que já está dado, encontrar os furos na rede de circunscrição que demarca sua vida. Pedido de ajuda? Ou movimento de resistência ao que lhe é dado como destino? Acreditamos que se apresenta também nele, assim como nos outros dois, uma tentativa de construir novos modos de existência, para além das práticas que circunscrevem sua subjetividade. Se a “menina flor” recusa, o “menino igreja” demanda, convida e convoca, porém, esta ainda é difícil de ser atendida, sufocada pela cristalização de lugares psi, ainda sob um olhar especialista, atravessamentos de uma prática normatizada. A indagação: “Que lugar habitar?” ainda flutua, sem porto a desembarcar...

10 COMENDO LINHAS DE FUGA⁴⁵

Em se apostando no caráter sempre intervencionista do conhecimento, em qualquer de seus momentos todo conhecer é um fazer (PASSOS; BARROS, 2009, p. 108).

Não pretendemos, como nos aponta Mairesse e Fonseca (2002), corroborar hipóteses e construir verdades. Não desejamos comprovar pontos, como falar que, de fato, o ACL busca o reconhecimento, que a família é responsável pelo que tem acontecido com os adolescentes...

Sim, acreditamos que temos, todos nós, em nossas reproduções e formas de viver no mundo, contribuído para a disseminação do sentimento de insegurança e medo e do distanciamento subjetivo que dá espaço à violência, vista como não-sentido a habitar.

⁴⁵ “As linhas de fuga visam a desterritorialização escapando à conservação do poder, buscando destruir um certo conformismo e estagnação” (OLIVEIRA; FONSECA, 2007, p. 135). Domingues (2010), citando Deleuze, aproxima “linhas de fuga” de fissura, resistência das multiplicidades de forças que percorrem uma situação.

Acreditamos também que as práticas hegemônicas nas políticas que envolvem a infância e a adolescência têm produzido subjetividades criminosas.

Mas o que fazer com essas análises? Se respondermos à questão dos processos de subjetivação dos ACL, estaremos relatando uma lista de condições e generalizando/universalizando. Se por outro lado, respondermos com individualizações (cada caso é único, com razões intrínsecas), corroboramos com o movimento de privatizar as questões sociais, colocando no indivíduo a explicação da violência e do ato infracional.

Parece-nos mais interessante apontar caminhos, tornar possíveis suas vidas (dos ACL) e histórias e desconstruir a possibilidade de uma única história, com um único final, quase sempre infeliz.

Hoje, não mais exercendo a função de psicóloga no Programa LAC/PSC, quando encontro casualmente, na rua, no cotidiano, com alguns dos adolescentes que atendi, vejo que eles fazem questão de “ver e serem vistos”, falam de suas vidas: “Estou estudando, trabalhando...” Enfim, é de outro lugar que falam e de outro lugar que ouço. É, nesse sentido, que busquei o novo encontro com esses meninos, aberta a novas experiências e a habitar outros sentidos...

Durante o percurso me indagava: Que direito tenho eu de convocar esses meninos e meninas? Buscava produzir o acontecimento no encontro, mas acho que o acontecimento se deu em **mim** (e talvez não neles).

As entrevistas favoreceram o olhar *face to face*, tornando visíveis sentidos opacos e a entrada na memória viva, abrindo o campo do sensível a experiências outras, aos acontecimentos. Aqui falamos de acontecimento como expressão das misturas dos corpos que produz efeitos. A produção de sentidos, dessa forma, é a linguagem em ação que abre passagem a tal expressão, aos acontecimentos. Segundo Lobo (2004), o acontecimento: “É sempre algo que nos espera no que acontece, numa relação de corpos, e por isso se efetua em nós” (p. 203). Para a autora, o acontecimento se instala no que acontece. O adolescente pode atualizar a forma “conflito com a lei” e habitar o sentido ACL, tornar-se o perigo, o risco, o marginal, e se resignar com esse sentido, atuando no ressentimento e estagnando-se nessa forma/fôrma ou pode buscar outros modos de existência, escapar da normatividade das formas dadas, prontas e habitar outros e novos sentidos. Buscar o acontecimento, o movimento, a ruptura do que está dado como pronto. Sair do caminho circunscrito e buscar outras composições.

A produção de risco, da forma como é vivida hoje, como uma estratégia de vigilância e controle da virtualidade, busca negar o acontecimento. A tentativa de controlar os riscos vai ao encontro do que é vivido como seguro, ainda que leve a mortificações. O adolescente pode atualizar o conflito com a lei, a internação, mas pode também “dar certo”, ser potência. A nós parece que o ato infracional, o tráfico, as drogas, falam de território habitado pelos jovens, mas o que *pode um adolescente*? Que outros sentidos ele pode habitar?

Uma liberdade que é a expressão da potência dos corpos para querer o acontecimento. [...] Querer não o que acontece aos corpos, porque o sentido, o acontecimento, é um efeito e como tal não é o que acontece aos corpos que se misturam, se separam ou se decompõem (LOBO, 2004, p.204).

Ser livre para querer o acontecimento, as rupturas, no que possa vir e não as formas prontas. Lobo (2004) fala de uma “[...] política de expansão das potências dos corpos, [...] que nada tem a dizer sobre o que os nossos corpos são, mas que afirmam o poder de se tornarem livres, soberanos e belos” (p. 204).

Um caminho que nos parece também importante é insistir na desconstrução da associação de juventude-violência, como Malvasi e Trassi denunciam,

[...] considerando que ela foi produzida e é sustentada historicamente para encobrir aspectos problemáticos e constitutivos das dificuldades da convivência humana e de um modo de organização econômica e política produtora de desigualdades e intolerante com as diferenças (MALVASI; TRASSI, 2010, p. 81).

Para os autores, é fundamental pensar em práticas (inclusive da psicologia) comprometidas eticamente com a juventude, que possam reconhecer suas manifestações no contemporâneo e assim construir formas de expressão fora do âmbito da violência destrutiva.

Quando pensávamos nas reverberações do que havíamos ouvido e vivenciado nos encontros com os adolescentes e nos encontros no nosso grupo de orientação, uma inquietude tomou conta de todos nós. Parecia que não havia jeito, as coisas seriam sempre as mesmas, da mesma forma, meninos e meninas pobres estariam destinados à delinquência, os programas sociais reproduzem a lógica perversa de pobreza associada à violência. Ficamos desanimados e deprimidos. Será que não haveria uma saída?

Por que iniciamos a pesquisa querendo falar da potência do ACL e acabamos por cair na sua produção/circunscrição? Será que não se configura como captura da ideia de risco, como vivemos agora com o Rio de Janeiro⁴⁶? Parece que “não tem jeito”, que é “o que

⁴⁶ A cidade do Rio de Janeiro sofreu intervenção em algumas comunidades com o objetivo de exterminar o tráfico e estabelecer a paz, numa associação entre várias polícias e forças armadas. Coimbra (2006) analisa a articulação entre espaços públicos e criminalização da pobreza: “[...] através da periculosidade

tem que ser feito”, inevitável. Caímos/fomos capturados de tal forma que desanimamos, nos parecendo que é somente isso: os meninos vão cair na prisão... mortos... ou sei lá o que. Achamos que faz parte de todo o movimento, dos processos de subjetivação e produção do medo contemporâneos.

Só não sabemos ainda como sair... Continuamos a apostar que há potência nos adolescentes em conflito com a lei, que há caminhos possíveis para os meninos e meninas pobres, para a infância de abrigo.

Assim, eu que trabalho com a área social, hoje me sinto desanimada, esgotada, sem vontade de trabalhar, o que faz parte deste processo de captura. Pensar sobre as políticas e programas públicos fala disso, desse esgotamento (meu e de tantos) e fala também dessa captura, da formatação dos meninos, de um processo de circunscrição do ACL e de uma adolescência e infância - pobre.

Para Domingues (2010), tal esgotamento, este “estar cansado”, fatigado, é uma produção dos modos contemporâneos de viver, fruto de muita informação, muitas imagens e dos ditames de subjetividades, que nos deslocam para lá e cá. Nunca tivemos tanta informação, de maneira tão rápida, porém cada vez mais nos distanciamos de nós mesmos e do outro. Para a autora, “[...] estar cansado é uma espécie de sinal de fraqueza, de não pertencimento, de exclusão quanto a certo modo de vida” (p. 16). Diante da velocidade da vida e dos seus modos de subjetivação, mergulhamos num cansaço que pode despotencializar/capturar, provocando impotência ou pode potencializar, ser o “[...] ponto zero do desejo de transmutação desse estado de coisa, uma experiência que traria à tona uma falência das redes de captura” (2010, p. 20).

Embora cansados, continuamos a buscar linhas de fuga que tencionassem nossa fadiga. E continuamos nossos pensamentos: o “menino dos olhos claros” é um “sucesso”, ele concretizou tudo o que esperavam dele, já que não se esperava mesmo sua contrapartida. Ele chegou onde era esperado que chegasse, fez o caminho demarcado... A “menina flor” lança um sopro de vida, força nos movimentos de liberdade. O “menino igreja” segue se resignando com a vida, mas ainda confiante na mudança, buscando respostas nos encontros. E o que propor? Precisamos pensar numa possível “saída” (ou melhor, novas entradas), precisamos ainda acreditar e apostar...

Nas indagações de Bocco: “[...] que práticas são possíveis, junto aos jovens, para criar

atribuída aos espaços públicos, em especial às ruas, como vão sendo reordenados esses espaços urbanos, em especial no Rio de Janeiro, e sendo fortalecidos os chamados territórios perigosos, os espaços onde vive a pobreza” (COIMBRA, 2006).

outras formas de existência que subvertam a referência identitária do “criminoso” como única permitida e reconhecida?” (2009, p. 20).

Como repensar e colocar em análise as práticas que circunscrevem a vida dos adolescentes? Como compor linhas de fuga para práticas que somente constroem subjetividades criminosas? Como buscar novos sentidos, acontecimentos, linhas de fuga, potência de ação?

Temos muito a construir em relação a uma “prática encarnada”, ético-política. Colocamos em análise nossas implicações, nosso lugares habitados, mas, quando convocados, fomos capturados pelos lugares estanques de pesquisador e psicólogo, atravessados por uma ética formal que paralisa os movimentos instituintes, que produzem força e potência. Insistimos, pois a clínica trans, uma atuação que potencialize modos de existência diversos não é uma utopia!

Assim como Bocco (2009), vislumbramos um caminho possível para responder a tantas questões: apostamos no “modo de fazer psicologia que se afirma na potência do encontro e na aliança com os jovens como estratégia para subverter as formas de subjetivação capitalística. [...] alia a clínica à política, possibilitando a criação de novos territórios existenciais tanto para os jovens como para os que trabalham com eles” (2009, p. 33).

Finalizamos, ou melhor, paramos, com a “subjetividade à flor da pele”, como sugere Domingues (2010), nossos afetos, nossa implicação, nossa maneira de estar no mundo, seja como psi, como pesquisadora, como “gente”, se coloca à flor da pele,

À flor da pele. Subjetivações à flor da pele. Subjetivações no limiar. Barcos sem porto, sem rumo, sem vela. Bichos soltos, cães sem donos, cavalos sem celas que não sabem para onde ir ou o que fazer. Toda a pele percorrida por sensações de apreensão e incerteza. Padecemos a dimensão do acontecimento e estamos esfacelados. É preciso forjar portos, bóias, ancoradouros, mas no sentido da criação de planos de consistência, de territórios existenciais que se engendram na experimentação do mundo. O homem precisa acreditar no liame com o mundo, na ligação com o mundo, nas conexões com a vida, [...] **Trata-se de tomar posse do mundo, ou melhor, de inventar mundos** (grifo nosso, DOMINGUES, 2010, p. 27).

Estar “à flor da pele” faz doer a pele, os ossos, o corpo todo. Dor que nos faz sofrer, nos faz pensar o quão impotentes somos diante dos discursos de violência, medo, insegurança, risco, ficamos cansados da luta pela paz, pelas diferenças... Mas também nos faz sentir na pele a abertura a mudanças, a criação de novos sentidos. No movimento de romper, nos vemos novamente potentes a buscar, não mais incansavelmente, mas a continuar buscando os acontecimentos, as intensidades da vida.

11 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, 1997.
- ABREU, M.H.R.M. **A produção de diagnósticos e encaminhamentos na escola:** interrogando políticas e práticas. In: 7º Congresso Norte Nordeste de Psicologia, Bahia, 2011.
- ADICHIE, C.N. Palestra. http://www.ted.com/talks/lang/por_br/chimamanda_adichie_the_da_nger_of_a_single_story.html. Acesso em: 15 de Março de 2011.
- ARANTES, E.M.M. **Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 5, p. 05-16, 2010.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ATAIDE, Y.D.B. **Clamor do presente:** história oral de famílias em busca de cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. **Decifra-me ou Devoro-te:** história oral de vida dos meninos de rua de Salvador. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividades. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BASTOS, R.; ÂNGELO, D.; COLNAGO, V. (org.) **Adolescência, violência e a lei.** Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2007.
- BATISTA, N. Só Carolina não viu - violência doméstica e políticas criminais no Brasil. In: Adriana Ramos de Mello. (Org.). **Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editores, 2007.
- BECK, Ulrich; ZOLO, Danilo. **A Sociedade global do risco:** Um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. Tradução do prof. Andrea Ciacchi (UFPB). Prim@ Facie, ano 1, n.1. jul/dez. 2002.
- BEE, H. **A criança em desenvolvimento.** 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil.** Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009.
- BORGES, J.L. **O fazedor.** Jorge Luis Borges; tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: DIFEL, 1984.
- BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Esplanada, 2002.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Redes de Proteção de Saúde**. Política Nacional de Humanização de Atenção e Gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BULCÃO, I. A produção e infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, M. L. (Org.) **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

CABRAL, C. et al. **Trabalho social com família**. Rio de Janeiro: ABTH, 2002.

COELHO, D.C.G. **Lobo em pele de cordeiro**: manicômios do contemporâneo: uma contribuição para se pensar abrigos de crianças. Serra: Formar, 2007.

COIMBRA, C.M.B. **Direitos humanos e criminalização da pobreza**. In: I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, 2006, Rio de Janeiro, 2006.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M.L. **O efeito Foucault**: desnaturalizando verdades, superando dicotomias. Psicologia: Teoria e Pesquisa. setembro-dezembro 2001, vol. 17, n. 3, pp. 245-248.

_____. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** JOVENes Revista de Estudios sobre Juventud, ano 9, n.22. México, DF, janeiro-junho 2005. pp. 338-355.

_____. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, E.M.M.; NASCIMENTO, M.L.; FONSECA, T.M.G. **Práticas psi inventando a vida**. Niterói: Ed. UFF, 2007.

COIMBRA, C.M.B.; LEITÃO, M.B.S. **Das essências às multiplicidades**: especialismo psi e produções de subjetividades. Psicologia & Sociedade, v.15, n.2. Porto Alegre, Julho-Dezembro, 2003.

COIMBRA, C.M.B.; et.al. Construindo uma psicologia no judiciário. In: COIMBRA, C.M.B.; AYRES, L.S.M.; NASCIMENTO, M.L. (Orgs.). **PIVETES: encontros entre a psicologia e o judiciário**. 1 ed. (ano 2008), 1reimpr./ Curitiba: Juruá, 2009. p. 26-38.

CORDEIRO, D. **Juventude nas sombras**: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DELGADO, L.A.N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOMINGUES, L. **À flor da pele**: subjetividade, clínica e cinema no contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2010.

_____. Subjetividades Contemporâneas. In: Maria Elizabeth Barros de Barros. (Org.). **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: EDUFES, 1999, p. 211-229.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FILHO, A.S. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: **Cartografias de Foucault**. ALBUQUERQUE, D.M.; VEIGA-NETO, A.; FILHO, A.S. (orgs.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

FLORES, D.P. Penas e medidas alternativas: o brilho de uma pérola à sombra da prisão. In: COIMBRA, C.M.B.; AYRES, L.S.M.; NASCIMENTO, M.L. (Orgs.). **PIVETES: encontros entre a psicologia e o judiciário**. 1 ed. (ano 2008), 1reimpr./ Curitiba: Juruá, 2009.

FONSECA, M.A. Entre a vida governada e o governo de si. In: ALBUQUERQUE, D.M.; VEIGA-NETO, A.; FILHO, A.S. (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

_____. A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX. In: Michel Foucault. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. A governamentalidade. In: Michel Foucault. **Ditos e Escritos IV: estratégias, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. A vida dos homens infames. In: Michel Foucault. **Ditos e Escritos IV: estratégias, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. (1975). A prisão vista por um filósofo francês. In: Michel Foucault. **Ditos e Escritos IV: estratégias, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GUARESCHI, N.M.F.; et al. **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 7, n.1, 1º semestre de 2007.

GUIDONI, J.P. **Tecituras da rede de atenção à infância e à adolescência no município de Vitória ES: uma análise das linhas que compõem o Programa de Educação em Tempo Integral**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L.R. **Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações**. Psicologia & Sociedade: 20 (2): pp. 192-199, 2008.

JUSTIÇA GLOBAL. Rio de Janeiro, 15 de março 2010.

LOBO, L.F. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

_____. **Pragmática e subjetivação por uma ética impiedosa do acontecimento.** Psicologia em Estudo, v.9, n.2, Maringá, maio-agosto 2004. pp. 195-205.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ:** Análise institucional e prática de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1993.

LUNA, M. A apropriação da infância vulnerável. In: CASTRO, L. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura.** Rio de Janeiro: NAU Editora/FAPERJ, 2001.

MAIRESSE, D; FONSECA, T.M.G. **Dizer, escutar, escrever:** redes de tradução impressas na arte de cartografar. Psicologia em Estudo, v.7, n.2, Maringá, jul-dezembro 2002. pp. 111-116.

MALVASI, P.A.; TRASSI, P.A. **Violentamente pacíficos:** desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, M. L. (Org.) **PIVETES:** a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

OLIVEIRA, A.M.; FONSECA, T.M.G. **Contribuições de Deleuze:** o acontecimentalizar no social e as sinuosas linhas da trama institucional. Psico, v.38, n.2, Porto Alegre, PUCES, maio-ago. 2007. pp. 133-138.

OLIVEIRA, C.S. **Sobrevivendo no inferno.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

ORLANDI, L.B.L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze:** ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 2.ed.

PASSOS, E.; BARROS, R.B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: **Clínica e política 2:** subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquir, Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

_____. **Clínica, política e as modulações do capitalismo.** Lugar Comum, n.19-20, Rio de Janeiro, jan-jun 2004. PP. 159-171.

PERALVA, A. **Violência e democracia:** o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, K.M. **A construção da notícia:** uma análise dos discursos sobre violência e criminalidade nos telejornais diários. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PINHEIRO, Â.A.A. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos: emergência e consolidação de uma representação social no Brasil. In: CASTRO, L. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura.** Rio de Janeiro: NAU Editora/FAPERJ, 2001.

RAUTER, C. **Clínica e estratégias de resistência:** perspectivas para o trabalho do

psicólogo em prisão. *Psicologia & Sociedade*. Vol. 19.n.2. Porto Alegre, Maio/Agosto, 2007.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, H.B.C. et.al. Domesticação do pensamento selvagem? Reflexões ético-políticas sobre acervos orais a partir de uma conferência de Alessandro Portelli. In: GUEDES, M.C.; LOURENÇO, E.; CAMPOS, R.H.F. (Org.). **Patrimônio cultural, museus, psicologia e educação**: diálogos. Belo Horizonte: CDPHA e Puc-Minas, 2009, p. 135-152.

ROSA, E.R.; RANGEL, P.C.; R.J., H. **O adolescente**: a lei e o ato infracional. Vitória: EDUFES, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S.; SILVA, A.P.S. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SALUNI, M.A. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 1993.

SAWAIA, B.B. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico? In: Lídio de Souza e Zeide Araújo Trindade (Org.) **Violência e exclusão**: convivendo com paradoxos. São Paulo: Casa dos Psicólogos, 2004.

SCHEINVAR, E. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: NASCIMENTO, M. L. (Org.) **PIVETES**: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

SILVA, A.P.S.; ROSSETTI-FERREIRA, M.; CARVALHO, A.M.A. Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento. In: **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SIQUEIRA, L. **Sociologia do direito do menor**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1979.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SPINK, M. J. P. **Contornos do risco na modernidade reflexiva**: contribuições da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*; 12 (1/2): 156-173; jan./dez.2000.

_____. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M.J.P.; MEDRADO, B.; MELLO, R.P. **Perigo, probabilidade e oportunidade**: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v.15, n.1, p.151-164, 2002.

TASSARA, E. T. de O. (2004). Avaliação de projetos sociais: uma alternativa política de

inclusão? In L. de Souza & Z. A. Trindade (Orgs.). (2004), **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos** (pp. 75-104). São Paulo: Casa do Psicólogo.

TAVARES, G. M. **O dispositivo da criminalidade e suas estratégias**. Conferência proferida no Seminário de Ciências Criminais, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES, 29 de abril, 2009.

TAVARES, G. M. et al. **A produção de meninos de projetos e acontecimentos no percurso**. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

VAZ, P. Risco e justiça. In: CALOMENI, T.C.B. (Org.). **Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra**. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social** (Entrevista). Rio de Janeiro, 2005.

Discografia

ANTUNES, A.; FROMER, M.; BRITTO, S. Comida. In: Titãs. **Ôn Blask Blom**. EMI, 1 CD.